

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FABIO ALEXANDRE FERNANDES FERRAZ

HAROLDO DE OLIVEIRA SOUZA FILHO

MARCIA ROSA DE MENDONÇA SILVA

MARIA ANTONIETA DE SOUZA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO:
APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

São Paulo

2011

FABIO ALEXANDRE FERNANDES FERRAZ
HAROLDO DE OLIVEIRA SOUZA FILHO
MARCIA ROSA DE MENDONÇA SILVA
MARIA ANTONIETA DE SOUZA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO:
APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**Trabalho apresentado à Escola de Administração de
Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Gestão e Políticas Públicas.**

**Campo de conhecimento: Gestão e Políticas
Públicas**

Orientador: Prof. Dr. Mario Aquino Alves

Defensoria pública do Estado de São Paulo : aperfeiçoamento dos mecanismos de participação social / Fabio Alexandre Fernandes Ferraz, Haroldo de Oliveira Souza Filho, Marcia Rosa de Mendonça Silva, Maria Antonieta de Souza. - 2011.73f.

Orientador: Mario Aquino Alves.

Dissertação (MPGPP) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Defensores públicos. 2. Participação social. 3. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 4. Assistência judiciária. I. Ferraz, Fabio Alexandre Fernandes. II. Souza Filho, Haroldo de Oliveira . III. Silva, Marcia Rosa de Mendonça. IV. Souza, Maria Antonieta de. V. Alves, Mario Aquino. VI. Dissertação (MPGPP) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 342.722

FABIO ALEXANDRE FERNANDES FERRAZ
HAROLDO DE OLIVEIRA SOUZA FILHO
MARCIA ROSA DE MENDONÇA SILVA
MARIA ANTONIETA DE SOUZA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO:
APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Trabalho apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Campo de conhecimento: Gestão e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Mario Aquino Alves

Data de aprovação

____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mario Aquino Alves

Luciana Zaffalon Leme Cardoso

Prof^a Dra. Regina Silvia Pacheco

Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas

Este trabalho faz homenagem à memória do nosso querido amigo e colega de curso Philippe Vaver Jr.

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa sobre a participação popular no modelo de gestão democrática adotado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Objetivou-se avaliar a metodologia aplicada pela entidade durante a etapa de realização das pré-conferências que compuseram o III “Ciclo de Conferências” ocorrido em 2011, bem como investigar a efetividade do monitoramento e do controle das ações propostas no decorrer das experiências do I “Ciclo de Conferências” em 2007 e do II “Ciclo de Conferências” em 2009.

Enseja-se contribuir com a proposição de medidas incrementais de curto prazo, a serem ponderadas durante a execução da Conferência Estadual em agosto de 2011 e com ações de médio e longo prazo a serem incorporadas na dinâmica de determinados mecanismos utilizados na metodologia, com objetivo de aprimoramento dos próximos ciclos.

Propõe ainda, uma reavaliação da abordagem aplicada na comunicação da metodologia, no gerenciamento das etapas entre cada ciclo e no monitoramento das devolutivas para o público demandante.

Palavras-chave: Ciclo de Conferências, Metodologia de Participação Popular, Monitoramento, Defensoria Pública.

Introdução	07
Capítulo 1: A experiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no I Ciclo e no II Ciclo de Conferência e a metodologia utilizada no III Ciclo de Conferências	09
1.1. A criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPESP	09
1.2. O I e o II Ciclo de Conferências – 2007 e 2009	12
1.3. A Metodologia aplicada pela DPESP no III Ciclo de Conferências	14
Capítulo 2: Uma análise a partir da observação das Pré-Conferências Regionais do III Ciclo de Conferências	17
2.1. Os locais de realização das pré-conferências	18
2.1.1. Os espaços internos	19
2.2. Os Defensores moderadores	20
2.3. A publicidade das pré-conferências	21
2.4. Análise do Perfil dos Participantes do III Ciclo de Pré-Conferências	22
2.5. Relatórios de observação	25
2.6. Análise do Estudo de Caso a partir das Entrevistas	26
Capítulo 3: Propostas Incrementais para o aperfeiçoamento dos Ciclos de Conferências	29
Capítulo 4: Considerações Finais	34
Anexo 1. Relatórios Pré-conferências	36
Anexo 2. Entrevistas	46
Anexo 3. Registros fotográficos	59
Referências Bibliográficas	71

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa discorrer sobre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo quanto à sua metodologia de participação popular durante o processo de realização do “III Ciclo de Conferências”, em 2011, e investigar a efetividade da etapa de monitoramento e controle das ações propostas quando da realização das conferências passadas.

Baseou-se na observação empírica dos dados institucionais, na leitura do referencial teórico estudado e na avaliação contextualizada por meio de relatórios produzidos pelo grupo como resultado da participação em cinco pré-conferências, enquanto observadores nos grupos temáticos, na análise de entrevistas com vista à coleta de dados tangíveis e a prospecção de percepções intangíveis.

Almeja-se contribuir com a proposição de medidas incrementais de curto, médio e longo prazo, capazes de refletir de forma causal sobre os diversos mecanismos utilizados durante o processo que acompanha as pré-conferências, por ocasião da realização da Conferência Estadual em 2011, no monitoramento do cumprimento de demandas pontuais oriundas da aprovação das propostas regionais, no acompanhamento sistemático da implementação de ações inter-setoriais que requerem prazos maiores e procedimentos multidisciplinares para a execução das mesmas, na compilação das devolutivas trazidas pela sociedade civil junto às regionais da DPESP até atingir o fechamento de um ciclo e abertura de outro, durante o biênio.

O conjunto sistemático de inserção destas pequenas práticas, somado ao amplo rol de procedimentos já pedagogicamente e pragmaticamente desempenhados pela Defensoria, pela Ouvidoria, pela Escola da Defensoria e suas vinte e oito regionais, bem como a outros que possam ser gestados dentro do próprio processo, podem capitalizar um melhor desempenho para a inovadora e conceituada metodologia devidamente apropriada e aplicada pela entidade.

Considera-se que esta abordagem seja de relevância ao contemplar pequenos e específicos pontos de vulnerabilidade dentro do gerenciamento do processo e que seja oportunamente capaz de permitir um melhor encadeamento entre as ações, com maior obtenção de resultados que reverberem satisfatoriamente sobre a sociedade civil.

Sobretudo quando atinge o elenco de prioridades demandadas nas consultas populares, cujas propostas refletem na definição das diretrizes institucionais da Defensoria Pública e geram subsídios para a elaboração do Plano Anual de Atuação da Instituição, garantindo ao cidadão o papel de agente político construtor e fomentador das ações e projetos de seu interesse.

Em decorrência disso, propicia-se à entidade maior assertividade no cumprimento de sua missão, a qual se propõe oferecer integralmente e sem ônus aos cidadãos necessitados a promoção ampla e irrestrita dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa judicial e extrajudicial, potencializando os valores que lhe são inerentes e simultaneamente agregando credibilidade, reconhecimento e visibilidade junto à sociedade.

Capítulo 1. A experiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nos Ciclos de Conferências I, II e III

1.1. A criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPESP¹

Ainda que o marco legal de criação das Defensorias Públicas Estaduais tenha sido a Constituição de 1988, em que na Seção III, “Da Advocacia e da Defensoria” se prevê a participação do estado, conforme o texto constitucional a seguir.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

É somente a partir de 1999, inicialmente liderado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV), que se iniciou de fato o *Movimento pela Defensoria*, com a realização de debates sobre o tema e com um processo de articulação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A realização de um Seminário organizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, naquele ano e de audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em parceria com Sindicato dos Procuradores do Estado de São Paulo (SINDPROESP), ao longo de 2001, foram decisivas.

A sociedade civil organizada e os movimentos sociais mais intimamente ligados a temática dos direitos humanos começaram uma forte mobilização, criando o “Movimento pela Defensoria Pública” no Estado de São Paulo.

Em 24 de junho de 2002, a mobilização que já tinha adesão de mais de 400 entidades da sociedade civil organizada, lançou oficialmente o Movimento pela Defensoria e divulgou seu manifesto.

No mesmo período, concomitantemente, foi desenvolvido um anteprojeto de lei para a criação da Defensoria Pública do Estado pelo SINDIPROESP – Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

¹ Texto baseado em informações extraídas do site da DPESP: <http://www.defensoria.sp.gov.br> e de outras fontes devidamente referenciadas.

Evidentemente que a participação destes diversos atores da sociedade civil possibilitou a inclusão de propostas inovadoras tanto no manifesto pela criação da Defensoria Pública, como no anteprojeto criado pelo SINDPROESP. Inovadoras principalmente por se tratar de uma instituição a ser criada no âmbito do sistema de justiça, em que tradicionalmente se encontram estruturas organizacionais extremamente encapsuladas e hierarquizadas.

Entre as diversas inovações que foram propostas, duas ganharam um destaque especial: a definição de que a Defensoria Pública deveria realizar conferências públicas para deliberar sobre o plano anual de atuação da instituição; e a criação de uma Ouvidoria independente, com representação no Conselho Superior da DPESP, como mecanismo de controle e participação da sociedade civil na gestão da Instituição.

Em relato pessoal da Defensora Pública Geral do Estado por dois mandatos consecutivos, Cristina Guelfi Gonçalves, pode-se destacar:

“Em 2001, inúmeras audiências públicas, realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia em conjunto com o Sindicato dos Procuradores do Estado (Sindproesp), debateram o assunto e mobilizaram operadores do direito, ONGs e entidades pela criação da instituição”. Relembrou Guelfi Gonçalves, para finalizar, que a luta teve seu desfecho com a sanção do então governador Geraldo Alckmin, em 9/1/2006, ao projeto de lei complementar, de sua autoria, que criou a Defensoria. A proposta havia sido aprovada pela Assembléia em 14/12/2005”.²

A ampla discussão do anteprojeto com a sociedade civil organizada resultou em uma maciça adesão às demandas indicadas pelo próprio movimento na formulação do projeto de lei que, mais do que prever inovações na área da assistência judiciária aos mais pobres, permitiu a implantação de um novo modelo de participação popular em que, de fato, a sociedade civil teria a oportunidade de atuar como ator principal no processo de construção do conjunto de diretrizes que norteariam as políticas públicas de uma instituição pública.

Em *Construindo o Estado Republicano*, Luiz Carlos Bresser-Pereira destaca este novo formato das relações entre Estado e Sociedade:

“Em um mundo de rápidas mudanças tecnológicas e de relações sociais e econômicas cada vez mais complexas, as instituições públicas também se modificam rapidamente. As duas principais instituições políticas que atuam nas democracias modernas – a

² in ZAFFALON L CARDOSO, Luciana. *Participação social: inovações democráticas no caso Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. FGV. 2010.

Sociedade Civil e o Estado – assumem novas formas, novos papéis e novas maneiras de se relacionarem entre si, produzindo uma nova governança democrática.”³

Os Ciclos de Pré-Conferências Regionais e as Conferências estaduais, realizadas a cada dois anos, nasceram com o objetivo de definir as diretrizes e o Plano de atuação da Defensoria Pública para cada próximo período. Já a Ouvidoria Geral foi criada como órgão superior da Defensoria, tendo como missão principal participar da gestão da instituição e fiscalizar os atos de seus membros e servidores, sendo o principal canal de interlocução entre a sociedade civil e os usuários dos serviços prestados pela instituição.

A partir desta contextualização, podemos concluir que a participação da sociedade civil no processo de construção da instituição Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi fator determinante na definição de um novo paradigma de participação da sociedade na gestão desta organização, caracterizado por certa dose de *accountability* democrática, conforme Ceneviva e Farah:

“...segundo Abrucio e Loureiro (2005, p.84), pode ser considerada uma das maiores novidades em termos de *Accountability* democrática: a utilização de controle de desempenho ou de resultados da Administração pública....mas, sobretudo ao fato de que tais instrumentos de fiscalização orientam-se por diretrizes que tem o potencial de melhorar o debate público, e, nesse sentido, prestam-se não só como forma de controle, mas igualmente como aprendizado cívico.”⁴

Um novo paradigma apoiado na transparência e na democratização das políticas institucionais, que além de possibilitar a efetiva participação da sociedade na formulação destas políticas, permite ainda o acompanhamento da implementação das mesmas.

Em 09 de janeiro de 2006, nasce a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar 988, cuja missão principal seria de prestar assistência judiciária aos mais pobres.

“(...) uma instituição permanente cuja função, como expressão e instrumento do regime democrático, é oferecer, de forma integral e gratuita, aos cidadãos necessitados a orientação jurídica, a

³ PEREIRA. Luiz C.Bresser. Construindo o Estado Republicano – Democracia e reforma da Gestão Pública. Rio de Janeiro. FGV. 13p.

⁴ FONSECA E GUEDES. Controle Social da Administração Pública – Cenário, avanços e dilemas no Brasil , Rio de Janeiro. FGV.143,144p.

promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.”⁵

Do lançamento do Manifesto pela criação da Defensoria Pública até a aprovação da Lei complementar, a participação da Sociedade Civil e dos Movimentos Sociais foi decisiva no sentido de manter o tema na agenda política. Participaram deste processo entidades dos mais diversos segmentos de atuação: Associações de Bairro, de Trabalhadores, Partidos Políticos, Sindicatos, Poder Público, Universidades e Movimentos Sociais dos mais diversos segmentos (Reforma Agrária, Negros, Pessoas com Deficiência, Moradia, etc....).

1.2. O I e o II Ciclos de Conferências – 2007 e 2009

A realização das I e II Conferências Estaduais da Defensoria Pública de São Paulo tem um significado especial, já que representa, respectivamente, em 2007, o primeiro momento de institucionalização de um instrumento democrático de participação popular e, em um segundo momento, em 2009, a consolidação deste instrumento previsto em lei que garante a participação de fato da sociedade na construção das políticas institucionais de uma organização vinculada ao sistema judiciário do país.

Como já comentamos, mais do que garantir a participação nesta construção, os Ciclos de Conferências representam a criação de um espaço democrático e de exercício de cidadania, permitindo a participação da sociedade na construção das diretrizes da Defensoria Pública, bem como no monitoramento do conjunto de ações aprovadas nas Conferências.

Ainda que outros mecanismos de participação e controle social façam parte do modelo instituído, é nas Pré-Conferências e na Conferência Estadual que se consolidam as relações entre a Defensoria e a sociedade civil.

O fechamento do I Ciclo de Conferências realizado em 2007 teve a participação de duzentas e sessenta e nove pessoas (269), distribuídas entre delegados (as), observadores (as), defensores (as) públicos (as) e convidados (as). Cento e trinta e quatro (134) delegados (as) eleitos nas quatorze Pré-Conferências Regionais representaram suas regiões na construção coletiva das prioridades estaduais.

⁵ Extraído do site: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2868>

Os demais participantes, ainda que não tenham votado, também puderam participar do processo de discussão. Após a realização de 14 Pré-Conferências foram relacionadas quinhentos e quarenta (540) propostas a serem debatidas na Conferência Estadual.

Destas, foram selecionadas Cento e oitenta e uma (181) propostas, como sendo o primeiro conjunto de diretrizes a serem seguidas pela Defensoria Pública.

Já no II Ciclo de Conferências, que ocorreu em 2009, seguindo a mesma metodologia aplicada no I Ciclo, foram realizadas 22 Pré-Conferências Regionais e, de todas as propostas apresentadas, foram escolhidas cento e sessenta e oito (168), que passaram também a compor o conjunto de propostas que definiriam as diretrizes de atuação da Defensoria para os próximos dois anos.

O II Relatório de Monitoramento das Conferências da Defensoria Pública emitido em 2011, antes da realização das Pré-conferências do III Ciclo, dá uma dimensão exata da quantidade de encaminhamentos propostos, tanto no primeiro quanto no segundo Ciclo de Conferências.

O mesmo pode ser considerado como um documento de referência em relação à efetividade das ações propostas no dia a dia da instituição e também como uma referência qualitativa das mesmas.

A metodologia utilizada neste relatório para a avaliação e para o monitoramento das ações aprovadas em ambos os Ciclos prevê diversas formas de classificação das mesmas. As propostas foram classificadas em relação ao seu impacto, a sua temporalidade, a sua complexidade, a necessidade de parcerias com outras instituições e quanto a sua implementação ou não.

Observa-se em ambos os Ciclos uma grande quantidade de propostas frequentemente representando, em sua grande maioria, muito mais ações específicas a serem realizadas pela Defensoria Pública do que a proposição de princípios e diretrizes que passem a nortear a instituição.

Outra constatação a partir da leitura do relatório diz respeito à existência de ações de caráter contínuo, que foram selecionadas na I Conferência e que se repetiram na II Conferência, o que a princípio indica que não houve uma releitura das propostas do I Ciclo, antes da realização do II Ciclo.

1.3. A Metodologia aplicada pela DPESP no III Ciclo de Conferências

A construção metodológica do III Ciclo de Conferências foi desenvolvida a partir das experiências anteriores do I e do II Ciclos, realizados em 2007 e em 2009, e também a partir da metodologia utilizada na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, promovida pelo Ministério da Justiça.

O objetivo principal dos Ciclos de Conferências é a constituição sistemática de um conjunto de propostas que contenham princípios, diretrizes e ações, debatidas regionalmente nas Pré-Conferências Regionais por eixos temáticos, com uma ampla participação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Ao final de cada Pré-Conferência, as vinte propostas mais votadas devem ser encaminhadas para a Conferência Estadual, onde serão escolhidas as cinquenta propostas mais relevantes.

A expectativa é de que ao final de cada ciclo seja possível visualizar este conjunto de princípios, diretrizes e ações que, uma vez definidos como sendo prioritários para a Defensoria Pública, passarão a ser o referencial para a atuação da instituição, tendo reflexos diretos e indiretos na prestação jurídica integral e gratuita prestada ao seu público alvo.

Além de seu objetivo principal, as Pré-Conferências e a Conferência Estadual têm outros objetivos secundários que são extremamente importantes, como a promoção da aproximação da instituição junto à população e sua transformação em um canal constante de comunicação entre a sociedade e a Defensoria Pública.

As etapas constitutivas das Pré-Conferências são muito bem definidas e permitem que ao final dos trabalhos se tenham elementos substanciais para o devido encaminhamento das propostas para Conferência Estadual.

Em todas as Pré-Conferências é disponibilizado aos participantes um conjunto de documentos, composto por um Texto-base introdutório que tem por objetivo, a princípio, instrumentalizar os debates além de documentos específicos sobre cada Eixo Temático a ser discutido nos Grupos de Trabalho.

Ao todo, estão previstas dez etapas distintas, sendo que oito delas ocorrem durante a Pré-Conferência, uma antes e uma depois do encerramento da atividade. Ainda que faça parte do presente relatório, como anexo, a metodologia detalhada do III Ciclo de Pré-Conferências, relacionamos a seguir, de forma mais sintética, as dez etapas previstas para a realização dos trabalhos:

Mobilização

É o momento em que a Defensoria dialoga com a sociedade civil e com os poderes públicos constituídos, apresentando a Defensoria o processo de Conferências, buscando uma mobilização quanto à importância da participação de todos neste processo de construção coletiva.

Inscrições

Trata-se do momento inicial da atividade, em que o participante é acolhido. Ele efetiva sua inscrição preenchendo formulário específico com seus dados e faz sua opção de participação por eixo temático, de acordo com sua área de interesse.

Abertura

Momento em que é formada a mesa diretora com as autoridades presentes, dando-se as boas vindas aos participantes, prestando os esclarecimentos iniciais sobre a metodologia a ser seguida durante a condução dos trabalhos.

Grupos de Trabalho

Nesta etapa, dividem-se os participantes em grupos menores de acordo com os eixos temáticos para que os mesmos formulem e priorizem suas propostas. Em seguida, as mesmas são encaminhadas para votação.

Inscrição para Candidatura como Delegado

Trata-se da etapa em que as pessoas participantes das Pré-Conferências têm a oportunidade de se inscrever para concorrer ao processo de eleição dos delegados que participarão da Conferência Estadual.

Plenária de Apresentação das Propostas

Após a formulação das propostas nos grupos temáticos, cada grupo de trabalho, por meio de um representante eleito, faz a divulgação das mesmas a todos os presentes na Plenária de apresentação de propostas. Este momento foi criado para que todos tomem conhecimento dos resultados obtidos em cada grupo de trabalho, antes de serem priorizados.

Fixação das propostas no Painei

Momento em que todas as propostas priorizadas nos Grupos de Trabalho são fixadas em painel e separadas por eixos temáticos, de forma que todos os participantes da plenária possam visualizá-las.

Priorização das Propostas e Apuração dos Votos

Nesta etapa, os participantes da plenária têm a oportunidade de escolher e votar, de acordo com as regras pré-definidas pela metodologia, determinando quais as propostas que deverão ser encaminhadas para a Conferência Estadual.

Plenária de Eleição dos Delegados e Encerramento

Após a escolha das propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual, é realizado o processo de eleição entre os participantes da Pré-Conferência Regional, dos delegados que deverão participar da Conferência Estadual. Em seguida, a mesa diretora dos trabalhos encerra as atividades da Pré-Conferência.

Consolidação do Relatório

Após o término de cada Pré-Conferência, os responsáveis pela realização da atividade deverão emitir um relatório que tem como objetivo relatar de forma sintética informações relevantes sobre as atividades, de acordo com o formulário criado especificamente para este fim, e enviá-lo à Ouvidoria Geral para que seja apresentado na Conferência Estadual.

Capítulo 2. Uma análise a partir da observação das Pré-Conferências Regionais do III Ciclo de Conferências

Por se tratar de um estudo de caso de uma entidade pública, cuja metodologia de participação popular se manifesta predominantemente nas pré-conferências que compõem o “Ciclo de Conferências”, foi definida pela equipe uma abordagem investigativa baseada em participação presencial, visando à observação, à exploração e à descrição das etapas e dos procedimentos que envolvem as pré-conferências do III Ciclo de Conferências (2011), dos diversos fatores que ocorreram na fase preparatória das mesmas e durante os eventos propriamente ditos.

Como pressuposto de um estudo científico, a equipe optou por uma participação observativa e ouvinte, valendo-se de anotações descritivas e coleta de dados através de relatórios fornecidos pela DPESP (número de municípios envolvidos, número de participantes, procedência, levantamento das organizações da sociedade civil presentes), breves entrevistas não estruturadas com vários participantes da sociedade civil e com lideranças locais abordando questões pontuais (referentes aos meios de divulgação, comunicação e acesso que encontraram para participar das conferências, número de vezes que já participaram, grau de conhecimento que possuem sobre a DPESP, etc.), abordagem através de breves entrevistas não estruturadas com membros da Defensoria ou Ouvidoria, organizadores dos eventos, defensores psicólogos, assistente sociais, estagiários e cinco entrevistas semi estruturadas de cunho exploratório e investigativo, previamente agendadas com membros da entidade e fotografias.

Nos relatórios das Préconferências e nas entrevistas pessoais foram respeitadas as perspectivas interpretativas e a formação acadêmico-profissional de cada membro da equipe, privilegiando uma compilação não padronizada e não direcionada das leituras obtidas, de forma a contemplar um enfoque mais rico dos dados levantados; como é da natureza de um estudo de caso, no qual se pretende evidenciar as características inerentes à entidade e a natureza particular do processo em observação.

O espírito indagador do grupo permitiu que a pesquisa se mantivesse sensível a novos elementos que pudessem sugerir leituras além da interpretação contextual, procurando uma compreensão mais complexa do que as evidentes. Sobretudo, em se tratando de manifestações compartilhadas de um modelo de gestão democrática e sua imperativa participação social, em cujo processo vários atores e a multiplicidade de ações se retro alimentam, os comportamentos e as interações das pessoas envolvidas se vinculam

visceralmente com a problemática das situações demandadas de tal forma que uma realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a verdadeira.

A partir desta contextualização, pretendemos analisar de forma retida os principais fatos e ocorridos durante realização de cinco pré-conferências, onde acompanhamos *in loco* o trabalho desenvolvido.

Importante salientar a escolha das pré-conferências levando-se em conta o critério de representação regional.

A heterogeneidade das populações do Estado de São Paulo deve ser considerada. Este “Estado-país” é caracterizado por diferenças marcantes de acordo com a região objeto de análise. Por exemplo, se é certo que no interior do Estado há constante discussão e eventuais conflitos em relação à distribuição agrária, no litoral esse tema sequer é objeto de discussão. Assim, as populações e comunidades locais têm suas aflições e demandas de acordo com a localidade que habitam.

Por essa razão a Defensoria Pública do estado de São Paulo, ao programar suas pré-conferências, descentraliza o máximo possível sua atuação com a finalidade de contemplar o estudo das necessidades e demandas da população bandeirante num todo.

Seguindo este critério, foram escolhidas as seguintes localidades para a realização de nossa observação presencial:

SANTOS, contemplando os municípios da Baixada Santista no litoral;

SÃO BERNARDO DO CAMPO, contemplando a região do Grande ABCD;

TAUBATÉ, contemplando a região do Vale do Paraíba no interior;

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, contemplando esta importante região do interior;

SÃO PAULO-CENTRAL, contemplando a Capital.

Com isso, entendemos ter alcançado modelos das três grandes distinções do Estado de São Paulo, quer sejam litoral, interior e capital.

Dessa forma, com base nos relatórios que acompanham o presente trabalho, pretendemos traçar as principais circunstâncias sobre a realização das pré-conferências identificando os pontos fortes e fracos, posicionando nossas observações relevantes.

2.1. Locais de realização das pré-conferências

Como já amplamente exposto, a principal missão das pré-conferências está no sentido de democratizar a participação da sociedade civil nas discussões e planejamentos da atuação da própria Defensoria Pública.

Para isso é fundamental a participação da sociedade civil organizada, através da representação das mais variadas instituições públicas ou privadas. A ativa presença de indivíduos que possam representar diretamente os mais variados níveis sociais e econômicos, bem como as microrregiões (bairros, por exemplo), é talvez o fato que traga maior legitimidade para que o resultado final das pré-conferências seja amplamente satisfatório.

Assim, a escolha do local para a realização do evento deve considerar critérios de mobilidade urbana, tais como fácil acesso ao transporte público e possibilidade de estacionamento adequado.

Nesse aspecto, consideramos altamente satisfatórios os locais escolhidos. Percebemos na escolha de universidades e faculdades a preocupação do fácil acesso aos participantes. Essa mesma preocupação também se mostra presente na escolha da moderna Câmara Municipal de São José dos Campos para abrigar o evento naquele município. Em especial na Capital, onde notoriamente a mobilidade urbana é motivo de grande preocupação, a faculdade escolhida também privilegiou o fácil acesso através de transporte público de massa, devido à proximidade de uma estação de metro.

2.1.1. Os espaços internos

O espaço interno deve ser compreendido como o local onde ocorreram os trabalhos desde o credenciamento até a plenária final, com o encerramento.

Em todos os locais colocados em baila havia satisfatório espaço e indicação para o credenciamento dos participantes. Destarte, não foram registradas grandes filas ou demora para a efetivação do credenciamento, o que se deve a adequação dos espaços físicos.

Os espaços destinados à realização dos *coffee-breaks* foram adequados. Merece menção, também, a correção das instalações de infraestrutura para banheiros e disponibilidade de acessibilidade.

Já para melhor análise dos demais espaços utilizados, entendemos ser interessante a divisão em duas vertentes: i) local da realização da abertura e plenária final; ii) local para realização dos Grupos de Trabalho.

O local para realização da abertura e plenária final em estudo foi amplamente satisfatório. Foram utilizados auditórios que permitiram ampla visualização e sonorização, além de suficiente conforto aos participantes. Destarte, defronte ao público, a mesa diretiva dos trabalhos gerava um significativo ambiente solene, importante para demonstração da seriedade dos trabalhos.

Nos auditórios também foram instalados telões com o intuito de colaborar na apresentação e dinâmica das plenárias.

No entanto, quanto aos espaços para realização dos grupos de trabalho a situação foi diferente. Percebemos grandes distinções em relação às localidades ora em estudo. Os grupos de trabalho provavelmente sejam o principal momento de toda a pré-conferência, uma vez que é da discussão entre os participantes que são geradas as propostas embasadoras das pré-conferências e, por conseguinte, da própria futura conferência. Portanto, podemos qualificar os grupos de trabalho como o momento de criação intelectual dos caminhos a serem seguidos.

Dessa forma, essa fase da pré-conferência deve merecer especial atenção. A fórmula inclusiva da realização da discussão em cadeiras colocadas em roda gera a impressão de igualdade entre os participantes e o Defensor-moderador, o que é altamente recomendável, uma vez que muitos dos participantes são populares de pouca renda e letras, não acostumados a debater suas ideias em situação de igualdade a um bacharel em direito, como é o caso desses profissionais.

Constatamos que se faz necessário um adequado isolamento entre os grupos de trabalho. Nas faculdades ou universidades, esse isolamento foi possível através da divisão de grupos em salas de aula, ou seja, cada grupo teve a oportunidade de reunir-se em uma sala de aula e formar uma roda com as cadeiras (ou carteiras) existentes. No entanto, para a realização dos grupos de trabalho em São José dos Campos, o prédio da Câmara Municipal local não permitiu essa divisão, uma vez que não havia salas adequadas para tal. Como resultado, a maioria dos grupos formou suas rodas com as cadeiras disponibilizadas em um mesmo ambiente (laterais do auditório principal) e ficaram muito próximos uns aos outros.

Outros grupos maiores foram deslocados para mini-auditórios isolados. De fato, o problema do isolamento fora sanado, contudo, nestes auditórios, as cadeiras fixas ao chão não permitiram a dinâmica em roda, sujeitando a frente dos participantes a existência de uma mesa diretiva dos trabalhos, onde o Defensor-moderador efetivou a moderação de forma distante aos participantes, gerando uma não desejada barreira entre eles e a defensoria pública, situação antagônica ao desejado pelo espírito inclusivo da própria pré-conferência.

2.2. Os Defensores moderadores

Conforme já exposto, as pré-conferências cumprem um papel extremamente relevante de democratização da participação popular. Somente por essa razão, os eventos já são meritórios de elogios por parte da opinião pública. Assim, torna-se fundamental para o

sucesso dos eventos justamente a garantia da efetiva participação dos populares, em especial nos grupos de trabalho. Nesse sentido o moderador passa a ser fundamental.

Durante a realização dos grupos de trabalho, os Defensores Públicos voluntários desenvolvem a moderação e consequente condução dos trabalhos, acompanhados por estagiários ou funcionários da Defensoria.

É certo que os defensores são advogados concursados e, portanto, perfeitamente aptos ao exercício da profissão de defensor público. Mas será que estes profissionais estão perfeitamente adaptados a condução de trabalhos em grupos em que os participantes são membros da sociedade civil, representando ou não entidades públicas ou privadas?

Percebemos nos grupos de trabalho a imensa diferenciação entre as condutas e práticas dos moderadores durante a realização do evento. A experiência na participação de situações, como a dos grupos de trabalho, objeto deste estudo, é determinante. A vivência pessoal dos moderadores na participação de movimentações populares, como sindicais ou estudantis, por exemplo, podem permitir a execução desta tarefa com maior tranquilidade.

Notamos que em algumas situações o moderador, muitas vezes inexperiente na condução de situação análoga, demonstrava excessiva rigidez perante os participantes. Já em outras salas a moderação era pouco percebida, gerando certa instabilidade no grupo.

Conforme já exposto, a rigor não faz parte das atribuições profissionais do Defensor Público a realização da condução de trabalhos como os realizados nas pré-conferências. Também não pretendemos sugerir a “amarração” da conduta do moderador a um modelo rígido pré-fixado, uma vez que os grupos de trabalho serão muito diferentes, não permitindo uma pré-moldagem na condução dos trabalhos.

Contudo, é possível a realização de uma capacitação prévia dos profissionais visando uma uniformização de condutas, tecnicidade da condução de reuniões e aconselhamento de formas de apaziguar conflitos ou discussões mais acaloradas.

2.3. A publicidade das pré-conferências

A divulgação publicitária da realização do ciclo de pré-conferências foi alvo de grande discussão entre boa parte dos Grupos de Trabalho durante a realização dos debates. Foram constatados registros, por parte dos participantes, de propensos erros na divulgação da realização destes importantes eventos.

Lamentavelmente, a mobilização da sociedade civil a participar de eventos do gênero é extremamente complicada. Infelizmente a interação da população em atividades coletivas de participação direta, via de regra, ainda é muito reduzida em todas as esferas sociais e econômicas, ou segmentos representativos da sociedade.

Provavelmente por essa razão, constatamos público insatisfatório durante a realização de alguns grupos de trabalho. Todavia, ações de divulgação publicitária da realização dos eventos podem e devem colaborar na alteração desse quadro.

É certo que existem diversas instituições públicas ou privadas que não foram informadas sobre a realização das pré-conferências. Há instituições que provavelmente teriam grande interesse em participar dessas atividades. Percebemos que, embora o material publicitário seja de excelente qualidade, em especial no que se refere à comunicação visual, a distribuição deste pode ter melhor alcance através de uma programação de publicidade definida com padrões de delimitação de público alvo e envio protocolar de convites e/ou chamamento à participação.

2.4. Análise do Perfil dos Participantes do III Ciclo de Pré-Conferências

Ainda que a grande maioria dos participantes das Pré-Conferências regionais sejam indivíduos oriundos da Sociedade Civil Organizada e de movimentos populares, uma análise um pouco mais detalhada sobre os dados colhidos junto aos participantes no momento em que preencheram suas fichas de inscrição revelam alguns dados interessantes que também podem ser úteis no processo de aprimoramento dos Ciclos de Conferências.

Para esta análise, utilizamos os dados colhidos junto à organização do Ciclo considerando as Pré-Conferências de Santos, ABCD, Taubaté, São José dos Campos e São Paulo - Centro, e as variáveis contidas no formulário então oferecido no momento das inscrições, conforme os quadros a seguir:

Tabela 1: Percentual de participantes segundo Sexo, Participação em outros Ciclos e quanto à Área de atuação.

LOCAL	número de participantes	% Homens	% Mulheres	% Primeira participação	% Participou de outras	% Sociedade Civil	% Defensoria Pública	% Outras Inst. Públicas
SANTOS	108	31,5	68,5	83,3	11,1	70,4	3,7	25,9
ABCD	113	40,7	59,3	76,1	23,9	70,8	15,9	13,3
TAUBATÉ	53	39,6	60,4	77,4	22,6	94,3	1,9	3,8
S.J. DOS CAMPOS	45	37,7	62,3	66,7	33,3	97,8	0	2,2
S. PAULO	89	31,5	68,5	72,7	27,3	62	35,4	2,6
Média %		36,2	63,8	75,2	23,7	79,1	11,4	9,6

Fonte: Dados fornecidos pela organização das pré-conferências.

Com relação aos dados computados no Quadro 1, temos:

- Predominantemente, o público participante das Pré-Conferências é do sexo feminino, chegando à média de 63,8% na participação das cinco pré-conferências avaliadas;

- A grande maioria dos participantes, 75,2%, participou pela primeira vez do Ciclo de Conferências, e somente 23,7 % já tinham participado de uma das duas conferências anteriores. Destes 23,7%, 12,5% são membros da Defensoria ou de outras instituições públicas. Logo, a taxa de retorno por parte de representantes da Sociedade Civil é muito baixa;

- Em parte das Pré-Conferências tivemos uma participação mais representativa nos Grupos de Trabalho por parte de Membros da Defensoria Pública (Defensores), fato este que se por um lado garante uma maior clareza na formulação das propostas do Eixo Temático, pode permitir um direcionamento dos encaminhamentos, mesmo que inconscientemente. (Foi perceptível o comportamento hierarquizado nas relações entre Sociedade Civil e Defensores, no âmbito das discussões dentro do Grupo de Trabalho);

- A baixa participação de membros de outras instituições públicas, principalmente de dirigentes públicos, muitas vezes desqualifica o debate já que, muitas vezes, deixa-se de ouvir a opinião do agente que será responsável direto pelas ações requeridas pela Defensoria enquanto representante dos interesses individuais e coletivos da sociedade.

Tabela 2: Percentual de Participantes por Eixo Temático

Local	% Eixo1	% Eixo2	% Eixo3	% Eixo4	% Eixo5	% Eixo6	% Eixo7	% Eixo8	% Eixo9
SANTOS	21,3	7,4	12	12	2,8	5,6	14,8	4,6	19,5
ABCD	21,2	7,9	18,6	18,6	14,1	1,8	12,4	0	5,4
TAUBATÉ	20,7	0	11,3	9,4	5,7	17	3,8	0	32,1
SÃO JOSÉ	6,7	8,9	6,7	13,3	2,2	6,7	53,3	0	2,2
S. PAULO	13	2,6	1,3	19,5	3,9	24,6	16,7	2,6	15,8
MÉDIA %	16,6	5,4	10	14,6	5,7	11,1	20,2	1,5	15

Fonte: Dados fornecidos pela organização das pré-conferências.

Eixo 1: Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

Eixo 2: Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

Eixo 3: Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Eixo 4: Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

Eixo 5: Política Institucional e Educação em Direitos

Eixo 6: Situação Carcerária

Eixo 7: Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

Eixo 8: Direitos do Consumidor

Eixo 9: Infância e Juventude

Com relação aos dados contidos no Quadro 2, temos:

- Nos eixos temáticos onde existe um histórico de luta pelos direitos das minorias, percebe-se uma maior participação da sociedade, tendo um reflexo direto na participação destes eixos e, conseqüentemente, um conjunto de propostas mais representativas tanto no aspecto quantitativo como qualitativo. Como exemplo, podemos considerar o eixo temático de Cidadania e Direitos Humanos e Meio Ambiente, e o eixo de Habitação (média de 16,6% de participação), Urbanismo e Conflitos Agrários (média de 20,2% de participação);

- Já em outros eixos temáticos, em que a participação da sociedade civil é muito baixa, temos um comprometimento do conjunto de propostas. Eixos temáticos como Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, Política Institucional e Educação em Direitos e

Direitos do Consumidor, em todas as Pré-Conferências avaliadas, tiveram seu desempenho comprometido;

- Em especial o eixo temático sobre Situação Carcerária, ainda que tenha tido uma participação razoável em duas das Pré-Conferências, São Paulo Central e Taubaté, ambas tiveram alta participação da Defensoria Pública no Grupo de Trabalho, e a participação da Sociedade Civil se resumiu a presença de somente duas entidades representativas, com destaque para a Pastoral Carcerária, presente em todas as Pré-Conferências.

2.5. Relatórios de observação

Glenn Sessions define o conceito de avaliação simplesmente como:

“(...) um processo sistemático para determinar até que ponto um programa ou intervenção atingiu os objetivos pretendidos”⁶

E dentre os tipos de avaliação qualitativa, transcreve a observação direta como a observação feita *in loco* de determinada atividade ou programa, com a seguinte finalidade:

“(...)monitorar se a atividade está sendo bem realizada. As informações coletadas dependem da atividade que está sendo observada, mas podem incluir a ordem em que os eventos acontecem e o tempo destinado para cada um, as reações e comportamentos dos participantes ou as ações do pessoal do programa. A coleta de dados deve ser registrada sistematicamente e de maneira uniforme, embora vários métodos possam ser utilizados”⁷.

Assim, conforme já exposto, acompanhamos a realização de seis pré-conferências em regiões distintas do Estado de São Paulo.

Dessa observação foram extraídos doze pré-relatórios com impressões pessoais de cada um dos integrantes do grupo sobre a realização das pré-conferências.

⁶ SESSIONS, Glenn. *Fundamentos de Avaliação, nº 2. Avaliação em HIV/AIDS: Uma perspectiva Internacional. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS*. Rio de Janeiro, 2001.

⁷ Glenn Sessions, obra já citada.

Esses relatórios foram agrupados, visando principalmente à padronização do relatado, resultando em um relatório para cada pré-conferência observada. Destarte, utilizamos uma padronização de metodologia de observação calcada em “pontos fortes” e “pontos fracos” dos eventos além, é claro, dos principais relatos. Na prática, esses relatórios embasam a maior parte das conclusões alinhavadas nesse trabalho. Relatórios no anexo (pág. 36).

2.6. Análise do Estudo de Caso a partir das Entrevistas

Segundo Coutinho & Chaves, o estudo de caso é um método de investigação limitado em termos de tempo, eventos ou processos, no qual a pesquisa recorre a fontes múltiplas de dados e a instrumentos de coleta diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, documentos, entre outros, procurando respostas para o “como?” e o “por quê?”, com base no conjunto de dados levantados e na análise dos mesmos.⁸

Dentre as técnicas utilizadas, as entrevistas constituem um acervo relevante de relatos que somados à leitura dos relatórios possibilitam o cruzamento de informação e a construção de uma cadeia de evidências consistentes que legitimam o estudo, levando a considerações mais convincentes e apuradas.

Na primeira reunião de apresentação do termo de referência junto à Ouvidoria Geral, órgão responsável pela recepção e interlocução do grupo de estudo dentro da instituição, foi sugerido um cronograma de acompanhamento das etapas do ciclo em andamento e recomendado a realização de entrevistas com representantes da DPESP, visando contribuir com a linha de pesquisa e melhor apropriação do tema.

O roteiro de perguntas criado para a entrevista teve o escopo de criar uma perspectiva de avaliação do mecanismo de participação popular, do monitoramento da aplicação das propostas, do acompanhamento das devolutivas e do controle da prestação de contas.

O perfil das perguntas foi definido buscando um viés exploratório e de aprofundamento de algumas percepções que passam pelo olhar do(a) defensor(a); gestor(a); psicólogo(a) e assistente social enquanto servidores da DPESP, tendo como propósito apenas qualificar, e não mensurar, estas impressões, levando em conta a possibilidade que estes atores teriam de fazer uma relação conexa de juízo de valores, graças ao envolvimento real do cotidiano com a instituição.

⁸ COUTINHO, C. P., CHAVES, J.H. (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 2002. Universidade do Minho, Portugal.

Estas perguntas foram previamente apresentadas à Ouvidoria, por email, procurando enfocar qual seria o teor destes encontros, cujo desdobramento se deu pela indicação de três órgãos dentro da Defensoria Pública, que redundaram em cinco entrevistas pré- agendadas.

A compilação deste material propiciou um elenco de informações procedentes da própria instituição, capaz de impactar na apreciação das hipóteses levantadas durante o processo da pesquisa e ajudar na formulação de propostas ou sugestões.

Com relação à apresentação da técnica da entrevista como coleta de dados, Lakatos e Marconi (2001, p. 195) definem um conceito para o termo entrevista.

“(...) um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.⁹”

No presente trabalho, por se tratar de entrevista semi estruturada, as perguntas foram lidas previamente e o entrevistado definia quando tinha esgotado seus esclarecimentos e, em caso de dúvida, alguns pontos eram reformulados.

Foram feitas cinco entrevistas, sendo:

- 02 representantes da Assessoria Técnica Psicossocial, órgão que promove a atuação estratégica da instituição em áreas de sensível importância e coordenam os debates e materiais produzidos pelos defensores públicos em suas respectivas áreas, fornecendo qualquer suporte técnico necessário. Luiza Aparecida de Barros (Assistente Social) e Paulo Keishi Ichimura Kohara (Psicólogo).

- 02 representantes da 1ª Subdefensoria Pública Geral, órgão que organiza o Ciclo de Conferências, observando o cumprimento das normas técnicas de elaboração de planos, programas, projetos e orçamentos, bem como acompanhamento de sua execução. Rosier Custódio Batista (Assessoria Técnica) e Tatiana Whately de Moura (Assessora Técnica).

- 01 representante da Escola da Defensoria – EDEPE, órgão que promove a capacitação e atualização profissional dos membros, servidores públicos e estagiários da instituição. Gustavo Augusto Soares dos Reis (Defensor Assistente de Diretoria).

⁹ LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 4. E. SP: Atlas, 2001.

Por fim, definimos as perguntas e a seguinte ordem:

- 01) Fale quanto ao grau de dificuldade(s)/ facilidade(s) que encontra(m) na implementação e acompanhamento das propostas ou políticas públicas formuladas nas conferências.
- 02) Que leitura faz das expectativas geradas pelas propostas pactuadas sobre o público demandante, e em que medida as devolutivas oferecidas pela DPESP contemplam estas expectativas?
- 03) Que tipo de relação estabelece com os vários atores com os quais se comunica no exercício do seu dia a dia de atuação?
- 04) Como qualifica o exercício (ou não) da cidadania e o empoderamento (ou não) da sociedade civil a partir da prática dos mecanismos de participação social?
- 05) Foi apresentado o livro: II Relatório das CONFERÊNCIAS PÚBLICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA do Estado de São Paulo e perguntado: Qual a opinião do entrevistado, do ponto de vista de comunicação e abordagem das informações contidas no mesmo?
- 06) Outras que por ventura fluíssem naturalmente na dinâmica do processo e que pudessem contribuir com relevância para o melhor entendimento das questões enfocadas.

As respostas obtidas durante o processo de entrevistas fazem parte do anexo 2 (pág. 46).

Capítulo 3. Propostas Incrementais para o aperfeiçoamento do Ciclo de Conferências

O Ciclo de Pré-Conferências, que antecede a III Conferência Estadual, foi realizado entre os meses de maio e julho de 2011, abrangendo todo o Estado de São Paulo, sendo que foram realizadas um total de 22 Pré-Conferências.

Deste total, cinco foram objeto das análises e observações desenvolvidas ao longo deste período: Santos, ABCD, São José dos Campos, Taubaté e São Paulo, o que corresponde a uma participação aproximada de 23%.

Ainda que tenha sido evidente que a padronização da metodologia utilizada na condução dos trabalhos teve como consequência direta uma importante hegemonia do ponto de vista operacional e sistêmico, o que de fato é um ponto extremamente positivo, uma observação mais atenta e detalhada a cada uma das etapas previstas para as Pré-Conferências se tornou um instrumento revelador.

A oportunidade de se observar e conhecer um pouco mais sobre o perfil dos participantes em cada uma das regiões, as demandas diferenciadas de cada localidade, as relações entre a Defensoria Pública e a sociedade civil em cada um destes locais, são variáveis que nos permitem concluir que este conjunto diferenciado de componentes contribuiu para que cada Pré-Conferência tenha suas próprias características.

Logo, ao desenvolver propostas de melhorias que busquem o aperfeiçoamento do Ciclo de Conferências no que tange a sua metodologia e em relação ao processo de monitoramento e avaliação da instituição, partimos do pressuposto de que tanto avaliações do ponto de vista da micro como da macro observação devem ser validadas.

Mesmo que eventualmente estas avaliações tenham uma representatividade muito mais local do que geral, não considerá-las seria desperdiçar um leque de observações que, uma vez somadas, com certeza terão um impacto representativo no planejamento e na organização dos próximos Ciclos. Nossa opção foi por elencar todas as propostas que compreendemos ser pertinentes e que pudessem de alguma forma contribuir com o aperfeiçoamento do processo, independentemente do seu grau de impacto.

Para uma melhor visualização, optamos por classificá-las em propostas de curto prazo, cujo limite temporal seria a realização da Conferência Estadual do III Ciclo, em agosto de 2011, propostas de médio prazo, com prazo limite definido para implantação até agosto de 2012, e propostas de longo prazo, cujo universo temporal se encerraria na finalização do

planejamento e na organização do IV Ciclo de Conferências a ser realizado em 2013.

A partir da segmentação das propostas em ações de curto, médio e longo prazo, adotou-se sob a forma de legenda em cores, uma subclassificação das propostas no que tange ao seu grau de impacto, sendo que as propostas de baixo impacto são as de cor verde, as de médio impacto as de cor amarela e as de alto impacto, as de cor azul.

Quadro 1. Propostas para o curto prazo

ÁREA	PROPOSTA CURTO PRAZO	OBJETIVO	
PREPARAÇÃO	Disponibilização antecipada dos relatórios das Pré-conferências regionais para os Delegados que participarão da Conferência Estadual via e-mail ou por correio.	Antecipar a informação aos delegados de forma que os mesmos possam se apropriar das propostas que serão avaliadas.	
INFRA-ESTRUTURA	Na fase de discussão das propostas nos Grupos de Trabalho, utilização de recursos áudio visuais que permitam a visualização das propostas, durante o processo de discussão.	Facilitar o entendimento dos textos de cada proposta nos Grupos de Trabalho.	
	Na fase de apresentação das propostas definidas pelos GTs, em plenária, utilizar recursos audiovisuais que permitam que todos visualizem as propostas.	Facilitar o entendimento dos textos de cada proposta na Plenária.	
RESULTADOS	Divulgar a todos os participantes das Pré-conferências o Relatório de Avaliação e Monitoramento das Propostas aprovadas no III Ciclo (emitido a cada quatro meses).	Permitir retorno aos participantes sobre os resultados alcançados.	
	Criação de um <i>blog</i> de divulgação das propostas aprovadas em cada pré-conferência, dentro do site da Defensoria Pública e divulgar junto a todos os participantes das Pré-Conferências. O <i>blog</i> deve permitir a anexação de comentários.	Criar um instrumento para o fomento das discussões em torno das propostas aprovadas.	
LEGENDA:	ALTO IMPACTO	MÉDIO IMPACTO	BAIXO IMPACTO

Quadro 2. Propostas para o médio prazo

ÁREA	PROPOSTA MÉDIO PRAZO	OBJETIVO	
PUBLICIDADE PARA DIVULGAÇÃO	Contratação de empresa do ramo publicitário para confecção de material visando à divulgação das pré-conferências através de anúncios nos diversos órgãos de mídia escrita.	Aumentar o número de participantes nas pré-conferências.	
	Envio de convites formais às instituições de representação da sociedade civil, previamente cadastradas, nos diversos segmentos de ação.	Aumentar o número de instituições representativas nas pré-conferências	
MODERAÇÃO DOS TRABALHOS	Formação e desenvolvimento de moderadores em processos de conversação grupal.	Condução dos processos de construção das propostas nos grupos de trabalho de forma sistematizada e padronizada de forma imparcial.	
	Contratação de instituição especializada especificamente para a sistematização e operacionalização do próximo Ciclo de Conferências.	Transferência de conhecimento em relação a metodologias utilizadas em atividades similares de participação popular; Condução autônoma do processo;	
INFRA ESTRUTURA	Na fase de formulação das propostas em cada Grupo de Trabalho, utilizar recursos audiovisuais que permitam a visualização das propostas	Facilitar o entendimento dos textos de cada proposta.	
	Desenvolver parcerias com outras instituições públicas (prefeituras, por exemplo) para cessão periódica de servidores para o planejamento e a organização dos Ciclos de Conferências.	Envolver outras instituições na participação e na organização dos Ciclos de Conferências.	
DIVULGAÇÃO RESULTADOS	Desenvolvimento de um canal de comunicação direta com a Sociedade Civil, a ser gerido pela Ouvidoria Geral para divulgação dos relatórios de Monitoramento e Avaliação.	Facilitar o acesso aos efetivos resultados alcançados com o trabalho desenvolvido.	
	Desenvolvimento de um novo formato para o Relatório de Avaliação e Monitoramento das Propostas, de forma que sua linguagem seja acessível aos membros participantes.	Garantir que o público alvo compreenda a linguagem utilizada na formatação dos relatórios;	
	Ampliar a divulgação do processo de monitoramento e avaliação das propostas aprovadas nas Conferências Estaduais	Ampliar o monitoramento das propostas aprovadas, ou seja, a eficiência e eficácia das mesmas.	
LEGENDA:	ALTO IMPACTO	MÉDIO IMPACTO	BAIXO IMPACTO

Quadro 3. Propostas para o longo prazo

ÁREA	PROPOSTA LONGO PRAZO	OBJETIVO
PREPARAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	Desenvolver um Banco de Dados que inclua todas as informações sobre as pessoas físicas e jurídicas participantes dos Ciclos anteriores, incluindo informações sobre (prefeituras, secretarias, ONGS, sindicatos, etc.) que possam participar ativamente dos Ciclos de Conferências.	Garantir uma Base sólida de dados e informações a respeito do público-alvo dos Ciclos de Conferências.
	Desenvolver um formulário de Inscrição que permita a captação de informações relevantes sobre o participante.	Garantir a consistência da formação da base de dados.
	Desenvolver mecanismos específicos de comunicação que estimulem a participação de outros entes públicos (OAB, Promotoria, Judiciário) nos Ciclos de Conferências.	Fomentar a diversidade do público alvo.
	Estabelecer metas de divulgação da Instituição e do Ciclo de Conferências para cada Regional, com a realização de palestras, participação em eventos, etc..	Envolver as regionais no processo de consolidação da instituição e dos Ciclos de Conferência.
	Disponibilizar no sítio da Defensoria, no mínimo três meses antes do início do Ciclo, o texto base, conteúdo sobre os eixos temáticos e o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Ciclo Anterior.	Garantir que o público participante tenha acesso a informações relevantes, de forma a garantir qualidade e nivelamento de informações ao mesmo.
INFRA ESTRUTURA	Estruturar o momento de inscrição em cada uma das Pré-Conferências com Recursos Humanos e Tecnológicos que permitam o cadastramento dos participantes com rapidez e precisão.	Garantir a consistência da formação da base de dados e a agilidade no momento de inscrição.
DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	Encaminhar via e-mail e via correios o texto base, conteúdo sobre os eixos temáticos e o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Ciclo anterior a todos os participantes dos Ciclos anteriores.	Possibilitar o amplo conhecimento das deliberações ocorridas aos participantes.
	Encaminhar via e-mail e via correios o texto base, conteúdo sobre os eixos temáticos e o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Ciclo anterior para as Prefeituras Municipais de cada região e para as respectivas Secretarias Municipais referentes aos Grupos de Trabalho.	Possibilitar o amplo conhecimento das deliberações ocorridas aos gestores públicos locais.

ANDAMENTO DOS TRABALHOS	Seguir rigorosamente o horário de início da programação, de forma a não comprometer as outras etapas.	Utilizar plenamente o exíguo espaçamento de tempo das pré-conferências.	
	Aumentar o tempo do processo de formulação das propostas nos Grupos de Trabalho para duas horas.	Possibilitar melhor discussão entre os participantes.	
	Incluir uma etapa de nivelamento de informações sobre os documentos de referência para os trabalhos (45 minutos).	Possibilitar a apropriação de informações relevantes para a otimização das discussões nos grupos de trabalho.	
	Ampliar o tempo de realização das etapas da Pré-Conferência.	Com o aumento dos Grupos de Trabalho, possibilitar maior participação e discussão entre os participantes.	
	Limitar o n° de participantes por Grupo de Trabalho em no máximo 15 participantes, subdividindo em mais grupos se necessário. Nesse caso realizar plenária com os subgrupos para a escolha das propostas.	Permitir a melhor organização dos Grupos de Trabalho, na hipótese de existirem elevando número de participantes.	
LEGENDA:	ALTO IMPACTO	MÉDIO IMPACTO	BAIXO IMPACTO

Capítulo 4 – Considerações Finais

Como já vimos, o Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ainda que criado em função de uma lei complementar, é fruto da mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais em torno de um problema crônico: a ausência do Estado no cumprimento de mais uma de suas atribuições, a garantia do acesso a justiça.

A entrada desta demanda na agenda de governo só se concretizou por conta desta mobilização. Atualmente, é esta mesma sociedade mobilizada que dá sustentação política e institucional a manutenção do caráter democrático e participativo inerente ao processo de construção dos desafios da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Logo, a manutenção e o aumento da participação organizada de seu público alvo devem ser considerados como prioridade para a Defensoria Pública.

Na história da democracia brasileira, o controle social sempre se manifestou, com muito mais frequência, durante processos específicos e com intervalos de tempo muito mais longos, normalmente vividos por cada instituição, onde os processos eleitorais são o que mais se destacaram.

As conferências temáticas surgem como um novo instrumento para a prática deste controle, porém, algumas recomendações podem ser consideradas ao utilizarmos esta ferramenta.

A mobilização cria expectativas e o não atendimento delas terá como consequência a frustração e a desmobilização. O excesso de encaminhamentos aprovados nos dois primeiros Ciclos compromete o desempenho da Defensoria em função da falta de objetividade de muitas das propostas. A Defensoria Pública já avança positivamente neste sentido, quando no Ciclo atual restringe o número de propostas aprovadas nas Pré-Conferências e na Conferência Estadual.

Durante o período de observações realizado nas Pré-Conferências, as oportunidades de melhoria se manifestaram principalmente no que tange ao processo de comunicação, a capacitação dos recursos humanos, além da redefinição dos processos de algumas etapas das Pré-Conferências. Alterações propostas nestes três campos surtirão positivamente na melhoria destes processos.

No entanto, as propostas de aumento da participação de representantes da sociedade civil no processo de avaliação e controle das ações e a ampliação da divulgação dos relatórios de avaliação podem ser consideradas como propostas que permitem mudanças estruturais no conceito das Pré-Conferências, aumentando consideravelmente a relação de parceria em entre estado e sociedade no que tange ao controle social de uma instituição pública.

Conseqüentemente, entendemos que a adoção destas medidas pode contribuir significativamente no aprimoramento do processo dos Ciclos de Conferências e, principalmente, na garantia de um controle social mais efetivo sobre as ações e no direcionamento das diretrizes da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, reforçando cada vez mais o caráter pioneiro da instituição, ainda que tardiamente criada.

Anexo 1. Relatórios Pré-conferência

Pré-Conferência Regional SANTOS	
Data:	21 de maio de 2011, 9h às 13h.
Local:	Universidade Santa Cecília - UNISANTA Rua Cesário Mota nº 08, Bloco E, Santos-SP.
Eixos temáticos:	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente; - Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito; - Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; - Infância e Juventude; - Situação Carcerária; - Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários; - Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência - Direitos do Consumidor; - Política Institucional e Educação em Direitos Humanos.
Pontos fortes:	<p>Presença dos municípios: Santos, Guarujá, Praia Grande, São Vicente, Itanhaém, Cubatão;</p> <p>Presença institucional da Defensoria Pública e da Ouvidoria;</p> <p>Presença do Poder Público local;</p> <p>Presença de tradutoras em Linguagem Brasileira dos Sinais (LIBRAS) para surdos-mudos;</p> <p>Local das instalações de boa qualidade e acessibilidade;</p> <p>Entrega no ato da inscrição de material didático para todos os participantes;</p> <p>Postura de muita acessibilidade por parte dos defensores e mediadores dos debates com os interlocutores;</p> <p>Centralização do processo (apresentação, divisão de grupos, entrega de adesivos de votação, condução da plenária, eleição de delegados e propostas); nas mãos da Ouvidora Geral;</p> <p><i>Coffee-break</i> é um espaço importante para contatos sociais e articulações entre os participantes e continuidade dos temas abordados nos grupos de debates.</p>
Pontos fracos	<p>Detectada a ausência representantes de três municípios da Baixada Santista: Peruíbe, Bertioga e Mongaguá;</p> <p>Predominância de pessoas de Santos em detrimento de uma melhor distribuição de participantes dos demais municípios;</p> <p>Presença da sociedade civil abaixo da expectativa, sendo que muitas vezes ligada a órgãos públicos;</p> <p>Eventual falha na comunicação de convite/convocação da sociedade civil e abordagem do papel da Defensoria (marketing eventualmente direcionado para órgãos públicos e/ou instituições conhecidas);</p> <p>Eventual falta de levantamento dos movimentos e organizações atuantes ou incipientes na região;</p> <p>Eventual falha na garantia ampla de participação de representantes da sociedade civil, importantes na militância da região;</p> <p>Apresentação de um vídeo institucional na abertura dos trabalhos abordando temas locais e nacionais que demandam ações interdisciplinares dos três Poderes para soluções</p>
Delegados eleitos:	06

Eixo temático: Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	
Total participantes	15
Espécie participantes	03 Defensores Públicos 04 Representantes órgãos Poder Público 08 Representantes da Sociedade Civil
Principais relatos:	<p>Grupo mais atuante, elegeram 1 delegada. Debate polemizado em torno de propostas sugeridas para o III Ciclo de Conferências e que constavam desde o I e II Ciclo sem terem sido atendidas.</p> <p>Uma liderança se levantou e se absteve de votar nas propostas alegando não acreditar que seriam cumpridas, pois já estavam inadimplentes desde o I Ciclo.</p> <p>Não houve intervenção do moderador ou esclarecimentos sobre o não cumprimento.</p> <p>Havia predominância de mulheres e se mostravam bem articuladas no levantamento de demandas sobre creches, exame de corpo delito em mulheres feito mandatoriamente por profissionais mulheres, delegacia da mulher em cada município da Baixada e questão da violência contra a mulher;</p> <p>Preocupação com a competência formal da Defensoria;</p> <p>Sugeriram falha na representação de participantes da sociedade civil, por falta de meio de transporte e locomoção de ida/vinda para as comunidades distantes.</p> <p>Formulação de propostas: 3 min. cada participante;</p> <p>Etiquetas “voto” entregues no decorrer do debate;</p> <p>Foi avisado quando restavam 15” para o encerramento do processo;</p> <p>O moderador deu bastante liberdade para o debate e não apaziguava discussões que surgiram.</p>
PROPOSTAS EXTRAÍDAS	<p>Promoção pela DPESP de cursos regionalizados de capacitação da mulher vítima de violência.</p> <p>Buscar a implantação dos juizados da violência doméstica em todas as Comarcas da região.</p>
Eixo temático: Direitos do Consumidor	
Total participantes	05
Espécie participantes	01 Defensor Público 01 Representante órgão Poder Público 03 Representantes da Sociedade Civil
Principais relatos:	<p>Número mínimo para se organizar enquanto grupo;</p> <p>O moderador explicou qual era a regra para o debate visto que eles pareciam não saber como começar;</p> <p>Lentamente foram se apresentando e se posicionando e trouxeram á baila questões interessantes sobre planos de saúde e, estabelecimentos comerciais e operadoras de telefonia que não cumprem o Código do Consumidor.</p> <p>Etiquetas “voto” entregues no decorrer do debate.</p>
PROPOSTAS EXTRAÍDAS	Participação da Defensoria Pública ao acompanhar o processo legislativo, em especial atenção ao artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, reduzindo prazos para a troca de produtos, disponibilizando ao consumidor de modo imediato a substituição de

	bens essenciais.
Eixo temático: Política Institucional e Educação em Direitos Humanos Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente	
Total participantes	06
Espécie participantes	01 Defensor Público 02 Representantes órgãos Poder Público 03 Representantes da Sociedade Civil
Principais relatos:	Grupo Política Institucional e Educação em Direitos Humanos se uniu com o Grupo de Cidadania e Direitos Humanos Foi eleito 1 delegado O moderador explicou qual era a regra para o debate e deu orientações pedagógicas sobre direitos humanos quando questionado. Etiquetas “voto” entregues no decorrer do debate
PROPOSTAS EXTRAÍDAS	Presença de Defensores Públicos nos conselhos municipais e estaduais nas diversas áreas sociais. Criar atendimento 0800 para prestar esclarecimentos e informações sobre a atuação da Defensoria Pública.
Eixo temático: Habitação e Urbanismo	
Total participantes	13
Espécie participantes	01 Defensor Público 01 Estagiário defensoria 03 Representante Poder Público 05 Representante Entidade Moradia 01 Representante Entidade Civil (diversa) 02 Representante Soc. Melhoramentos Bairro
Principais relatos:	Zonas de Intervenção Social do Município de Santos (ZEIS) não estariam sendo respeitadas; Solicitação de posto médico no Guarujá; Abordado problema nos cortiços de Santos (Zona central); Abordado problema das moradias irregulares e em risco na região dos morros de Santos; Abordado trabalho de cooperativas de coleta de lixo em especial no município de Santos e São Vicente; Abordado o problema das famílias que habitam as palafitas na divisa dos municípios de Santos e São Vicente (área do dique); Abordada situação pontual das famílias em risco que habitam palafitas e não são cadastradas perante a COHAB local; Pedido de maior representação dos movimentos de moradia;
Pontos fortes:	Defensor-moderador demonstrou experiência na boa condução dos trabalhos; Participantes demonstraram conhecer os problemas habitacionais das cidades representadas; Boas práticas e experiências expostas pelos representantes dos movimentos de cortiço do centro de Santos;
Pontos fracos:	Haviam representantes somente dos municípios de Santos, São Vicente e Guarujá; Excessos de relatos pessoais – necessidade de sutil e habilidosa intervenção do moderador.

PROPOSTAS EXTRAÍDAS	05 propostas (foram geradas oito propostas e votadas cinco primordiais)
Eixo temático: Cidadania e Direitos Humanos	
Total participantes	30
Espécie participantes	04 Defensoria Pública 03 Representantes Poder Público 23 Representantes Sociedade Civil e Movimentos Populares
Principais relatos:	Atraso no início dos trabalhos; Muita discussão paralela entre sub-grupos; Denúncia de Grupos de Extermínio na Baixada Santista; Frustração de uma participante com o andamento das discussões (abandonou os trabalhos).
Pontos fortes:	Alta participação da sociedade civil e Movimentos Populares; Grupos articulados.
Pontos fracos:	Excesso de participantes no grupo de trabalho. Dificuldade do moderador em conduzir o processo de formulação das propostas; Falta de foco dos participantes; Direcionamento das propostas por grupos melhor organizados; Baixa participação de representantes de outros municípios da região metropolitana.

Pré-Conferência Regional ABCD- SÃO BERNARDO DO CAMPO

Data: 28 de maio 2011, 13h às 21hs.

Local: Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
Rua Java, 425, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP

Eixos temáticos:

- Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente;
- Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito;
- Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher;
- Infância e Juventude;
- Situação Carcerária;
- Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários;
- Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência
- Direitos do Consumidor;
- Política Institucional e Educação em Direitos Humanos

Pontos fortes:

Local das instalações de boa qualidade e acessibilidade;
Entrega no ato da inscrição de material didático para todos os participantes de excelente qualidade e folders e livretos sobre os vários temas a serem abordados;
Presença oficial da Defensoria Pública e da Ouvidoria;
Presença de tradutoras em Linguagem Brasileira dos Sinais (LIBRAS) para surdos-mudos. Segundo defensor regional Dr Marcelo Carneiro Novaes, a presença de participantes e delegado(s) eleito(s) com deficiência de visão será contemplado com material específico em Braille na Conferência Estadual de agosto, por ocasião do evento.
Presença do Poder Público local;

Composição da mesa com representatividade do Poder Público e convidado da sociedade civil (Pe. Cícero);
 Grande presença de estagiários da Defensoria;
 Divisão de grupos por temas: número de 8 grupos divididos em 5 salas, temas representativos no rol de reivindicações da comunidade ou priorizados a partir de levantamentos da própria Defensoria Pública.
 Postura de muita acessibilidade por parte dos defensores e mediadores dos debates com os interlocutores.

Pontos fracos

Demora “de 1 hora e 15” para início dos trabalhos, motivado por problema de logística da infra-estrutura local, ocasionado pela própria faculdade.
 O número de salas disponibilizadas pela faculdade foi menor do que a necessidade e em duas salas ficaram concentrados três grupos temáticos distintos.
 Por exemplo: Na sala 5 ficaram os grupos da Infância e Juventude, Idosos e Deficientes, Direito do Consumidor, sendo que o processo de discussão sofreu interferência pelo ruído causado pelas várias manifestações em cada grupo.
 Na sala 5 no início dos trabalho houve concentração de grupos com grande número de participantes e houve intervenção dos organizadores descentralizando dois grupos e direcionando-os para o auditório a fim de permitir melhor a discussão dos temas
 Embora a presença da sociedade civil tenha sido maior em comparação a pré-conferência de Santos, ainda havia muita presença de membros ligados a órgãos públicos e chamou atenção o número de estagiários concursados ligados á Defensoria Regional de São Bernardo e das sedes locais.
 Eventual falha na abordagem de comunicação e divulgação do evento (marketing direcionado para órgãos públicos e instituições conhecidas);
 Data da conferência coincidindo com a de outros eventos dificultou a participação maior de representantes de movimentos da regional.
 Eventual falta de capacitação dos moderadores sobre temas abordados pelos participantes;
 Eventual falha na garantia ampla de participação de representantes da sociedade civil, importantes na militância da região;
 Presença de Pe. Cícero na composição da mesa ao ler uma carta do bispo de São Bernardo com conteúdo de eventual cunho religioso, foi objeto de uma moção de repúdio (através de um abaixo assinado organizado por membros da sociedade civil), contra a presença de um membro religioso, ainda que liderança local, na formação da mesa visto que o Estado é laico (argumento de defesa e entendimento do grupo organizador da moção);
 Ausência de qualquer vídeo institucional com abordagem de temas locais, segundo defensor regional Dr. Marcelo Novaes pelo fato de que havia cegos na platéia, os mesmos ficariam impossibilitados de acompanhar a exibição
 *Não foram entregues os Certificados extensivo a todos, apenas para quem requereu como comprovante de participação.

Delegados eleitos: 09

Pré-Conferência Regional TAUBATÉ

Data: 11 de junho de 2011, 9h às 13h.

Local: Faculdade DEHONIANA

Avenida Francisco Barreto Leme, 550, Vila São Geraldo, Taubaté.

Eixos temáticos:

- Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente;
- Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito;
- Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher;
- Infância e Juventude;
- Situação Carcerária;
- Habitação e Urbanismo;
- Direitos do Consumidor;
- Política Institucional e Educação em Direitos Humanos.

Delegados eleitos: 06

Pontos fortes: Local das instalações de boa qualidade e acessibilidade – auditório central e salas de aula adequadas;
Entrega no ato da inscrição de material didático para todos os participantes;
Presença de tradutoras em Linguagem Brasileira dos Sinais (LIBRAS) para surdos-mudos.

Pontos fracos: Pouca participação de representantes de outros municípios da região que não fossem de Taubaté;
Presença da sociedade civil abaixo da expectativa, maioria presentes ligados a órgãos públicos;
Eventual falta de levantamento dos movimentos e organizações atuantes ou incipientes na região.

Eixo temático:

Habitação e Urbanismo

Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

Total participantes 15

Espécie participantes

- 03 Defensores públicos
- 01 Secretário
- 02 Estudantes
- 02 Representantes de Universidade (professor e diretor)
- 01 Representante partido político
- 04 Representantes instituições religiosas (católicas)
- 02 Representantes órgãos Poder Público

Principais relatos: Necessidade de “união” de três eixos temáticos distintos por ausência de quórum;
Heterogeneidade muito grande na união de eixos temáticos;
Forte participação segmentos católicos – entidades;
Participação representante político-partidária (PSOL);
Participação de professores universitários (Professor e Diretor da UNITAU);
Fracá divulgação;
Preocupação com a competência formal da Defensoria;
Formulação de propostas: 3 minutos cada participante;

	<p>Etiquetas “voto” entregues antecipadamente (junto com as pastas). Preocupação constante assuntos “drogas” / Ausência de equipamento público de combate a drogas Ambiental – extração areia; praças públicas (ausência de plano diretor); termoelétrica (projeto); Falta de projetos de habitação na região.</p>
Pontos fortes:	<p>Local físico apropriado para realização do evento; Correta entrega do material didático;</p>
Pontos fracos:	<p>Defensor moderador emitiu muita opinião pessoal – postura agressiva contra governos; Representação partidária tomou muito tempo em sua explanação, analisando tudo que foi discutido e levando para uma “culpa” na centralização de capital. Bateu na propensa doação de um terreno da prefeitura para construção de um shopping ao invés de moradia populacional: “É imoral”. Por outro lado: “Não vejo concretamente o que propor”. Reclamação sobre a não entrega do material antecipadamente, com isso, segundo o estudante da Unitau, poderiam ser realizadas propostas em vez de discussão. Ao ser criticado o Defensor “alegou que a participação dos estudantes é pífia” em tom agressivo. O estudante reagiu dizendo que não há divulgação. Diretor da Unitau pediu a divulgação também, o Defensor alegou que nunca é convidado a participar da vida acadêmica. Não houve diferenciação excluindo os representantes de instituições públicas de representação no momento de extrair os delegados.</p>
PROPOSTAS EXTRAÍDAS	<p>07 propostas (as propostas foram lidas ao invés de visualizadas, por exemplo, na lousa)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- levantamento pelo estado e regularização e organização de entidades de tratamento de drogados (70 clandestinas) bem como toda rede social na região; 2 – levantamento das redes sociais existentes voltadas à população e, posterior, divulgação do levantamento à população; 3 - acompanhamento jurídico permanente de pessoas internadas em tratamento por dependência química; 4 – acompanhamento no conselho municipal do meio ambiente 5 – acompanhamento exploração de áreas / acompanhamento termoelétricas; 6 – acompanhamento políticas habitacionais; 7 – maior divulgação das atividades da defensoria pública.

Pré-Conferência Regional SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Data: 11 de junho de 2011, 14h às 18h.

Local: Câmara Municipal de São José dos Campos

Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 33, Santa Luzia, São José dos Campos/SP

Eixos temáticos:

- Cidadania e Direitos Humanos;
- Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito;

	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher; - Infância e Juventude; - Situação Carcerária; - Habitação e Urbanismo; - Direitos do Consumidor; - Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência - Política Institucional e Educação em Direitos Humanos
Delegados eleitos:	06
Pontos fortes:	Local das instalações de boa qualidade e acessibilidade, em especial o auditório central; Entrega no ato da inscrição de material didático para todos os participantes;
Pontos fracos:	Alguns grupos temáticos reuniram-se em “rodas” nos cantos do auditório central; Presença da sociedade civil abaixo da expectativa, maioria presentes ligados a órgãos públicos; Eventual falta de levantamento dos movimentos e organizações atuantes ou incipientes na região.
Eixo temático: Habitação e Urbanismo	
Total participantes	30
Espécie participantes	01 Defensor Público 01 Pastor Evangélico e líder comunitário 28 Integrantes de Movimento de Moradia
Principais relatos:	Marcação rigorosa do tempo 3min para explanação das pessoas; Déficit habitacional da região; Aumento da especulação imobiliária na região, dificultando projetos de moradia social.
Pontos fortes:	Defensor moderador conduziu o grupo demonstrando prática e experiência em situações de plenária; Defensor moderador demonstrou conhecer a fundo os problemas de habitação na região; Defensor moderador demonstrou ter ótimo relacionamento com os líderes presentes e profundo conhecimento da difícil realidade das pessoas presentes; Participação de um líder comunitário muito articulado e conhecedor da realidade legal e prática da luta por moradia; Participação de pessoas que de fato necessitam de atendimento habitacional;
Pontos fracos:	Maioria dos participantes faz parte de um movimento de moradia, sendo capitaneados por um mesmo líder.
PROPOSTAS EXTRAÍDAS	07 propostas iniciais 01 – aumento do número de Defensores Públicos; 02 – melhoria (aumento) do salário dos defensores públicos (alterada para moção por solicitação do Defensor moderador); 03 – inserção dos defensores para “visitas” jurídicas nas comunidades; 04 – fim dos sorteios e alteração para ordem de inscrição na entrega das unidades habitacionais; 05 – busca por maior transparência no ato da entregas dos cadastros

numerados / participação dos sorteios das unidades habitacionais;
 06 – realização de pré-conferências nos bairros da cidade para instruir a conferência / triagem adequada de propostas;
 07 – luta pela regulação fundiária da região.

Pré-Conferência Regional São Paulo – CENTRO

Data: 08 de julho de 2011, 19h às 22h.

Local: Escola Superior de Direito

Avenida da Liberdade 856, Liberdade, São Paulo/Capital

Eixos temáticos:

- Cidadania e Direitos Humanos;
- Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito;
- Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher;
- Infância e Juventude;
- Situação Carcerária;
- Habitação e Urbanismo;
- Direitos do Consumidor;
- Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência
- Política Institucional e Educação em Direitos Humanos

Pontos fortes: Local das instalações de boa qualidade e acessibilidade, ao lado do metrô;
 Entrega no ato da inscrição do material didático;
 Presença oficial da Defensoria Pública com a participação da Defensora Geral Dra Daniela Cembranelli e composição da mesa com vice Defensor, defensora da Regional Central e presença da Ouvidora Geral, grande número de defensores da Capital, funcionários da entidade e lideranças da Regional Central.
 Discurso oficial de encerramento do Ciclo das Pré Conferências proferido pela Dra Daniela Cembranelli, considerando muito exitoso as realizações no interior, Grande São Paulo e Capital.
 Atmosfera de satisfação por estarem cumprindo a fase mais laborosa do processo que envolveu um ciclo de 22 pré conferências.
 Muita receptividade e aproximação entre os participantes e as autoridades presentes.
 Presença de tradutoras em Linguagem Brasileira dos Sinais (LIBRAS) para surdos-mudos
 Divisão de grupos por temas: numero de 9 , temas representativos no rol de reivindicações da comunidade ou priorizados a partir de levantamentos da própria Defensoria Pública.
 Os participantes eram muito articulados e engajados em movimentos Sociedade civil mais politizada e conhecedora das questões demandadas;
 Processo de votação democrático e participativo;
 Postura de muita acessibilidade por parte dos defensores e mediadores dos debates com os interlocutores;
 Entrega de Certificados a todos os participantes;
 Houve um coffee-break no inicio e no intervalo da realização dos trabalhos.

Pontos fracos Presença da sociedade civil abaixo do numero de pessoas ligadas ao

	poder público e órgão organizador Eventual falha na comunicação de convite/convocação da sociedade civil e abordagem do papel da Defensoria (marketing eventualmente direcionado para órgãos públicos e/ou instituições conhecidas) Eventual falta de levantamento dos movimentos e organizações atuantes ou incipientes na região.
Delegados eleitos:	09
Eixo temático: Cidadania e Direitos Humanos	
Principais relatos:	Grupo de trabalho heterogêneo; Alta participação da Sociedade Civil; Preocupação constante com a questão dos direitos da população carcerária.
Pontos fortes:	Local físico apropriado para realização do evento; Correta entrega do material didático.
Pontos fracos:	Dificuldade para encerramento das discussões e formulação das propostas; Baixa participação do Defensor na condução dos processos, comprometendo a produtividade do grupo.
Eixo temático: Situação Carcerária	
Total participantes	17
Espécie participantes	09 Defensoria Pública 07 Sociedade Civil 01 Servidor do Sistema Penitenciário
Principais relatos:	Maus tratos dos presos; Alimentação de baixa qualidade; Preocupação
Pontos fortes:	Público Qualificado para formulação das Propostas; Público mantinha relações anteriores sobre o tema com a Defensoria Pública.
Pontos fracos:	Baixa participação da Sociedade Civil – 2 entidades; Influência direta da Defensoria Pública na Formulação das propostas.

Anexo 2. Entrevistas

Perguntas

- 01) Fale quanto ao grau de dificuldade(s)/ facilidade(s) que encontra(m) na implementação e acompanhamento das propostas ou políticas públicas formuladas nas conferências.
- 02) Que leitura faz das expectativas geradas pelas propostas pactuadas, sobre o público demandante e em que medida as devolutivas oferecidas pela DPESP contemplam estas expectativas.
- 03) Que tipo de relação estabelece com os vários atores com os quais se comunica no exercício do seu dia a dia de atuação?
- 04) Como qualifica o exercício (ou não) da cidadania e o empoderamento (ou não) da sociedade civil a partir da prática dos mecanismos de participação social?
- 05) Foi apresentado o livro: II Relatório das CONFERÊNCIAS PÚBLICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA do Estado de São Paulo e perguntado. Qual a opinião do entrevistado, do ponto de vista de comunicação e abordagem das informações contidas no mesmo?
- 06) Outras que por ventura fluíssem naturalmente na dinâmica do processo e que pudessem contribuir com relevância para o melhor entendimento das questões enfocadas.

ENTREVISTADO: GUSTAVO AUGUSTO SOARES DOS REIS (Defensor Assistente de Diretoria)

Data: 21 de julho 2011, 17: 40h as 19: 15h.

Local: Escola da Defensoria

Rua Boa Vista, nº 103, 13 ° andar - Centro. São Paulo

PRINCIPAIS RELATOS: Entrou na DPESP no 1º Concurso em maio de 2007 e participou dos I e II Ciclos de Conferências.

1R.)

“A cada ciclo é sempre um aprendizado, sempre houve autocrítica e por isso os ciclos vêm sofrendo alterações/mudanças buscando o aperfeiçoamento”

“A Defensoria Pública não pode ser imparcial, pois ela dá voz para quem não tem, ela toma partido; por outro lado há dificuldades, pois a DPESP não é um MESSIAS e não deve ser.”

“Por isso as participações sociais propiciadas pelas conferências são tão importantes e legitimam as lutas jurídicas dos defensores que dependem desta instância de atuação da sociedade civil para se fortalecerem e se manterem estimulados”

“Dificuldades acontecem porque algumas demandas e propostas que surgiram no I Ciclo de Conferências não eram de competência da DPESP e sofreram um enxugamento no II Ciclo de Conferências e não há dúvida que haverá também no III Ciclo; esta correção vem ocorrendo porque as lideranças e pessoas que freqüentam os debates vêm melhorando seus mecanismos de atuação; ficando mais politizadas e entendendo qual é o papel da Defensoria”

“A Defensoria por sua vez, também vem aperfeiçoando sua metodologia com melhor tratamento dos temas, melhor capacitação dos defensores, mais material áudio visual.”

“Os defensores subouvidores são necessariamente moderadores; outros defensores de determinados núcleos interessados apresentam um plano de atuação e são aprovados pela Ouvidoria Geral; eu (Gustavo) fui moderador em todos os três ciclos na regional do ABCD”

“Tem havido uma diminuição da sociedade civil de ciclo para ciclo, isto é visível, eu (Gustavo) não posso quantificar, mas antes as conferências aconteciam em auditórios maiores e lotados, agora os auditórios são menores e não lotam...”

Por quê?(entrevistadora)

“Eu (Gustavo) tenho duas hipóteses, mas não tenho certeza,... uma delas é que a sociedade civil está aprendendo a participar/atuar junto à DPESP; a gente vê sempre as mesmas lideranças, aqueles que participam desde os movimentos que deram origem à Defensoria em São Paulo; mas não tem havido diversificação considerável de pessoas novas que venham atraídas pelas conferências ou pessoas fora dos movimentos, pode ser também por descrença em relação à aplicabilidade das propostas que saem das conferências, por outro lado há falta de engajamento de alguns defensores regionais/locais na forma de atuação que deve ser inerente em gestão democrática participativa, há uma suposta falta de engajamento dos defensores talvez por falta de perfil político de alguns. Este perfil político é importante para o sucesso desta forma de participação, embora esta tarefa também caiba aos psicólogos e assistentes sociais. Não se pode cobrar só dos defensores”

“Outra questão que eu (Gustavo) quero colocar é que a Constituição de 88 fala em defesa dos necessitados. Qual é a definição de necessitados? Até três salários mínimos? A gente sempre usa como exemplo o ocorrido no Plano Collor (quando as poupanças ficaram retidas); tinha gente rica sem dinheiro pra pagar advogado e até em situação de penúria; então a questão da hiposuficiência econômica não é um consenso.”

“O Ministério Público não faz atendimento público; já a Defensoria é vocacionada pra atender o público: - as pessoas batem todos os dias aqui na nossa porta atrás de serem atendidos nas suas questões privadas, problemas particulares”;

“Já, quando elas estão lá nas conferências, só falam de demandas públicas com pauta diferenciada, e isso é um avanço no instrumento de participação popular”

“O Plano Anual da DPESP lida com os assistidos da esfera pública, mas precisa atender e lidar com a esfera privada no seu dia/dia e é aí que entram as demandas judiciais individuais; mas houve uma deliberação do Conselho Superior para que nas Regionais os defensores atuem também nas demandas coletivas. Daí eu (Gustavo) pergunto: como conciliar isso? “Isso gera uma esquizofrenia institucional” que não pertence só à nossa instituição, o defensor entrega um relatório mensal de atuação para a Corregedoria Geral e o que é cobrado é a atuação individual dos defensores, não as demandas coletivas então a mensagem de cobrança é dúbia.”

“O problema não é só o número de defensores, por mais que cresça nunca vai bastar.”

“A Defensoria do Rio de Janeiro trabalha muito com o conceito de Núcleos (eles criaram este modelo e aqui em São Paulo nós introduzimos mudanças); também na Defensoria Pública da União (DPU), somente os Núcleos podem mover ação coletiva; já aqui em São Paulo qualquer defensor tem livre arbítrio pra propor ação coletiva sem precisar consultar seu superior hierárquico; não precisam pedir licença, tem autonomia orçamentária”.

“Com demanda individual faz-se economia; com demanda coletiva fica mais oneroso; - a necessidade leva à sujeição”

2R.)

“Quanto às expectativas geradas pelas propostas, senão houver implementação, as pessoas que acompanham o trabalho da Defensoria não vão achar que a instituição é demagógica. É raro ouvir algum comentário deste tipo; a maioria entende que há limitações de competência, prazos e orçamento; já demos várias devolutivas favoráveis; por outro lado a falta de efetividade em determinadas devolutivas pode ter relação com a diminuição do número de participantes nas conferências, mas é muito cedo para julgar.”

“Outra ressalva é que os participantes esporádicos não voltam para cobrar; são os mesmos freqüentadores de sempre que costumam voltar e isso mostra que a prática da participação leva ao exercício da cidadania”

“As pessoas não sabem que o que está proposto no Plano Anual da DPESP tem poder de coerção sobre os defensores; ou seja; eles têm que cumprir/ atuar quando recebem uma cobrança.”

“Há propostas pontuais que foram cumpridas à risca Ex: criação dos Núcleos de Proteção aos Diretos da Mulher, Direitos do Idoso e Combate à Discriminação”

“Quando vai haver troca do Defensor Geral há prestação de contas internamente na instituição, mas isso não atinge o público”

3R.)

“O curso de formação de defensores é obrigatório para o exercício da função, com conhecimento sociológico, antropológico, filosófico e multidisciplinar; e dentro do curso há um bloco específico em que lideranças oriundas dos Movimentos Populares contam suas experiências pra sensibilizar o defensor assina um contrato social com sua profissão e isso não se aprende na escola”

“Por isso é necessário educar o defensor:- pra que isso venha a fazer parte de seu dia/dia; mas também fazemos capacitação para estagiários e servidores; Congresso de Educação em Direitos Humanos; curso de Defesa Popular pra conselheiros tutelares, assistentes sociais; apoiamos curso de treinamento para lideranças em Educação Jurídica Popular e somos apoiadores de um movimento de 20 anos oriundo do Movimento feminista, - as Promotoras Legais Populares,”

4R.)

“Sim, a participação popular é uma arma poderosa de exercício dos direitos, as pessoas crescem dentro da prática das conferências; sem o paternalismo da DPESP”

“A ação da DPESP impacta na esfera pública, mas não tenho (Gustavo) como qualificar ou quantificar este fenômeno; Não se pode estabelecer uma relação causa-efeito; porém é visível que não tem sido fácil,”

“Também há um problema de agenda de compromissos, tanto para a sociedade civil como para os defensores, o tempo é curto para todas as coisas”

“Os movimentos oscilam, tem hora que estão forte outras se insurgem; tem hora que estão fracos outras se desarticulam; por isso se chamam MOVIMENTO!”

5R.)

“Concordo (Gustavo) que a comunicação do livro sobre o II Relatório das Conferências tem uma apresentação institucional que dificulta o acesso às informações; mas por ser prestação de contas deve ser mais acessível; a questão não é numericamente, mas na abordagem”

ENTREVISTADA: ROSIER CUSTÓDIO BATISTA (Assessora Técnica)

Data: 11 de julho 2011- das 16h30min as 18h15minh.

Local: 1ª SUBSDEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Rua Boa Vista, nº 200, 8º andar –Centro. São Paulo

PRINCIPAIS RELATOS: Entrou na DPESP em março de 2011 e participou do acompanhamento de parte dos trabalhos e da revisão de metodologia para aplicação do III Ciclo de Conferência. Após as apresentações iniciais a assessora fez uma explanação sobre a origem do processo de conferências como instrumento de participação popular e da implantação da metodologia em uso pela DPESP.

1R)

“A partir da década de 80 houve um boom na replicação de Conselhos e Conferências pelo Governo Federal, como expressão de controle social por vários segmentos organizados, principalmente com a temática da saúde que contribuiu para a estruturação do Sistema Nacional de Saúde (SUS); e em demais áreas como as Conferências e os Conselho de Segurança Pública, da Juventude, do Meio Ambiente; sendo amplamente usado pelos governos federais, estaduais e municipais no âmbito do executivo; portanto esta prática de participação popular não é nova; o que é inovador na metodologia da Defensoria Pública é o fato de ser o único modelo dentro do Poder Judiciário.”

“A metodologia adotada pela DPESP foi baseada no modelo usado pelo Ministério da Justiça para a organização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG em 2009, que teve o papel, de ser a primeira experiência de mobilização para pactuar uma nova agenda, tendo em vista construir um espaço público para definir políticas públicas em segurança.”

“Quando aconteceu a CONSEG já tinham sido realizadas os I e II Ciclos de Conferência e a Defensoria Pública inovou a partir de 2010 com a apresentação de mudanças sugeridas pela 1ª Subdefensoria e pela Ouvidoria Geral; criando a eleição das propostas por meio da priorização, pela definição antecipada dos temas e com a criação dos eixos temáticos a partir dos núcleos especializados que acolham as demandas sobre LGBT, racismo, idosos e deficientes; que antes fluíam de acordo com o interesse dos participantes.”

“Há outras formas de participação social no sistema de justiça como, por exemplo, o STF tem utilizado as audiências públicas, como a referente às pesquisas com célula tronco-embrionárias. No entanto, a participação social por meio de Conferências dentro do sistema de justiça é uma inovação da Defensoria de São Paulo”.

“A metodologia utilizada era outra, estamos adotando alterações conforme o modelo da Conferência Nacional de Segurança.”

“Imediatamente após o fechamento da Conferência Estadual e da análise do Conselho Superior da Defensoria, as propostas validadas devem ser contidas em uma cartilha acessível ao grande público para que este público possa acompanhar e monitorar as implementação”

2R)

“Devido estar a pouco tempo (Rosier) na Defensoria não acredito que possa contribuir de modo concreto com esta avaliação. Além disso, de modo abstrato, tenho convicção da importância de a Defensoria prestar contas ou dar devolutivas à sociedade civil, na medida em que a Defensoria convida as pessoas para participar do processo devem devolver o quem, como e quando foi feito das propostas originadas neste momento coletivo.”

3R)

“Há também fatores limitadores dentro da DPESP, poucos são os defensores e servidores da instituição que entendem o mecanismo das conferências dentro do processo da metodologia; não se apropriam e não absorvem”

“Muitos defensores estão comentando que aumentou a presença da instituição dentro do processo das conferências--- na regional de São José do Rio Preto houve empenho e presença maciça; quando um moderador de um grupo temático tem engajamento junto á comunidade ele consegue arregimentar mais participação; Osasco é uma Regional atuante por conta dos defensores e funcionários e isso reflete na mobilização da sociedade civil.”.

4R)

“A explicação didática da metodologia das pré-conferências pode ser absorvida por alguns e não por outros; noto (Rosier) que nem sempre todos contextualizam as etapas do processo, *em especial a instância do voto e os participantes se envolvem com outros temas e muitas vezes descarregam os seus votos maciçamente em algumas propostas já eleitas em detrimento de outras que não conseguem quorum para aprovação.*”

“Algumas lideranças praticam negociação de seus votos, o que é uma demonstração de amadurecimento dentro do processo; mas aprender o mecanismo de negociação do voto é desejável na prática de controle de gestão popular; alguns participantes têm maior vivência e participação política em Conferências, amadurecendo suas reflexões e atuações”.

5R)

“Penso (Rosier) que o ideal para comunicação do material didático de prestação de contas é a realização de encontros; capacitação dos gestores e defensores para descentralizar as

informações; a sociedade tem níveis diferentes de maturidade e experiência de participação, é um processo que leva tempo; a definição de uma cartilha mais sintética atinge mais”

ENTREVISTADA: TATIANA WHATELY DE MOURA (Assessora Técnica)

Data: 11 de julho 2011- das 16h30min as 18: 15h.

Local: 1ª SUBSDEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Rua Boa Vista, nº 200, 8 ° andar –Centro. São Paulo

PRINCIPAIS RELATOS: Entrou na DPESP em novembro de 2010 e ajudou na produção do material de monitoramento e participou do acompanhamento de parte dos trabalhos para aplicação do III Ciclo de Conferência.

1R)

“Falta repertorizar na hora da votação das propostas a mesma explicação feita na abertura dos trabalhos; pois apesar de ser uma abordagem didática, os participantes menos experientes se confundem no decorrer do processo e é comum ver um painel com excesso de votos e outro com uma proposta que poderia ser aprovada, mas com insuficiência de votos”

“A participação da sociedade civil ainda é muito pequena para o que se espera das conferências, e vejo (Tatiana) que houve falha no monitoramento, pois o material foi entregue um pouco antes da abertura do III Ciclo, sem tempo para ser trabalhado com antecedência, sem tempo para dar as devolutivas e não houve absorção do conteúdo, que é rico.”

“Sabemos que o ideal é já chegar para as conferências com conhecimento prévio do que já foi feito, o que precisa ser feito, como ficaram as pendências dos prazos.”

“Não houve monitoramento continuado e faltou uma divisão para o acompanhamento das propostas.”

“O intuito é que após a Conferência Estadual seja elaborado um modelo de relatório que preste contas a cada quatro meses e que seja disponibilizado no site permitindo o acompanhamento da implementação das propostas”

“Há burocracias para contratação de serviços e as necessidades surgem depois das licitações aprovadas e daí fica difícil atender; por exemplo, no caso desta Conferência Estadual vamos ter que elaborar cadernos de sistematização em Braille para delegados deficientes visuais eleitos, no total foram eleitos cinco delegados portadores de alguma deficiência”

2R)

“Sobre os 8,7% de propostas que entraram na pauta dos ciclos passados e foram aprovadas mesmo não podendo ser cumpridas, acreditava-se que por estarem na pauta poderiam com o tempo criar a necessidade de cumprimento, mesmo sendo aparentemente impossível naquele

momento; mas, agora a orientação é de se fazer um filtro na Conferência Estadual para evitar este inadimplemento que pode refletir sobre a imagem da entidade e causar desapontamento para as pessoas.”

“Na Comissão Organizadora Estadual será deliberado que as Regionais procedam às devolutivas junto à sociedade civil, a exemplo de algumas que já vem fazendo isso espontaneamente, como Araraquara e Registro”

“Já foi determinado pela administração superior, em reunião interna que não precisa passar pela aprovação da Conferência Estadual; que os delegados eleitos sejam convidados para um Encontro Anual de prestação de contas sobre o andamento das propostas aprovadas; além do que serão enviadas por email, a cada 4 meses, as devolutivas em curso”

“Estas medidas visam corrigir falhas do monitoramento, já detectadas pela instituição”

“Outro ponto é realizar audiências públicas para apresentar e discutir o conteúdo do material do que consta nos relatórios; mas não recomendo (Tatiana) fugir do padrão institucional, pois não se pode subestimar o público quanto ao entendimento da abordagem; se há dificuldade para entender os gráficos deve ser feita uma explicação nas regionais”.

4R)

“A Escola da Defensoria oferece curso de capacitação e educação em questões de Direito, mas as pessoas engajadas participam de muitos movimentos e nem sempre tem tempo para todos; só sobra o sábado para eventuais reuniões, palestras e audiências; as pessoas trabalham e tem pouco tempo para participar; também pra nós é difícil ter que conciliar agendas.”

“Esta questão de envolver o poder público local para transportar a sociedade civil e comunidades de bairros distantes, penso (Tatiana) que deve ser evitado pelo risco do evento ser capturado por interesses políticos locais; já se pensou nisso, mas se a instituição pedir transporte gratuito municipal ou aceitar de algum político local que oferecer, tira a liberdade e a isenção da Defensoria.”

5R)

“O Relatório de prestação de contas tem uma finalidade institucional e deve ter conteúdo; é para uso dos defensores, encaminhado para as regionais e também para os delegados visando demonstrar o acompanhamento das propostas; é mais difícil de ser entendido pelo público em geral, mas não se pode subestimar a sociedade civil; ela pode compreender o material, sejam relatórios, folders ou cartilhas se forem apresentado de forma correta e se houver uma prévia capacitação; uma cartilha mais sintética pode ter uma abordagem melhor”

ENTREVISTADA: LUIZA APARECIDA DE BARROS (Assistente Social)

Data: 11 de julho 2011- das 10h30min às 12: 15h.

Local: 1ª SUBSDEFENSORIA PÚBLICA GERAL
ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL GERAL
Rua Boa Vista, nº 200, 7º andar - Centro. São Paulo

PRINCIPAIS RELATOS: Entrou na DPESP em 2010, em cargo comissionado de assessora técnica em Assistência Social, ligado à Coordenadoria Administrativa Geral que assiste aos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM), com uma rotina de atendimento que dá uma visão panorâmica, permite a integração de quem demanda atendimento jurídico e faz o refinamento das demandas de acordo com cada área.

1R)

“A dificuldade de comunicação do material disponibilizado para o III Ciclo se deve ao fato de este deveria ser preparado com um ano de antecedência para descentralização antecipada do processo e do monitoramento das propostas, e não encima da hora”

“Além do tempo a questão de uma comunicação mais acessível, mais apropriada do material, a constância é muito importante para assimilação de informações, que não se resolve com uma ação pontual concentrada; requer um monitoramento continuado.”

“A DPESP precisa se apresentar melhor quanto às suas atribuições que exerce e não deixar dúvidas quanto ao seu papel; não só para os novos participantes; os antigos também não contextualizam bem o que podem esperar, ou requerer da instituição”

“Há quem confunda com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça; na abertura das conferências, a apresentação da instituição e seu papel devem ser bem clarificados.”

2R)

“Pessoas frustradas pela devolutiva podem trazer esvaziamento para as próximas conferências; em Osasco no Grupo de Direitos da Mulher, uma moça abandonou o debate por insatisfação e isso pode influenciar alguns, quanto ao desempenho da entidade.”

“O papel do moderador é muito importante; embora orientado, na prática da condução do grupo temático às vezes falta assertividade para esclarecer os limites de atuação da DPESP; limites de prazo e de esfera de poder.”

“Pensando em perspectiva sobre a imagem da instituição; quanto maior o esclarecimento menor o risco de cobranças indevidas ou de se criar estigmas negativos sobre a mesma”

3R)

“Nosso trabalho é interno, na sede, mas as informações nos chegam, pois há uma integração e multidisciplinaridade entre as regionais e a administração geral; há representantes psicossociais em todas elas”

“No período do Ciclo todos estão voltados para a realização das conferências; agora estamos condensando as propostas de 2011, até 05 de agosto, para apresentar aos delegados”

4R)

“Os movimentos sociais atuam muito intensamente dentro da vida da DPESP, há uma preocupação em evitar uma carga ideológica muito forte que possa atingir a unidade do órgão; por outro lado esta participação ajuda a dar um direcionamento para a imagem institucional; não é uma feição abstrata é um envolvimento concreto.”

5R)

“A comunicação dos relatórios, mesmo sendo institucional, deve ser acessível para fomentar a participação e a apropriação do conteúdo do material, não creio (Luiza) que a abordagem do livro de prestação de contas possa ser compreendida pelas pessoas na primeira leitura; é muita informação e chega a ser sofisticado”.

ENTREVISTADO: PAULO KEISHI ICHIMURA KOHARA (Psicólogo)

Data: 11 de julho 2011- das 10h30min as 12: 15h.

Local: 1ª SUBSDEFENSORIA PÚBLICA GERAL
ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL GERAL
Rua Boa Vista, nº 200, 7º andar - Centro. São Paulo

PRINCIPAIS RELATOS: Entrou na DPESP em 2010, em cargo comissionado de assessor técnico em Psicologia junto à Assessoria Técnica Psicossocial, com objetivo de assessorar os defensores públicos nas áreas relacionadas à missão institucional; função de confiança do DPG que é composta por defensores e Agentes das áreas de psicologia e assistência social; sendo que em cada regional há pelo menos um psicólogo e/ou um assistente social atuando ligados ao CAM.

1R)

“Antes não havia este atendimento multidisciplinar e começou com as atribuições gerais da Lei Complementar 1050 de 2008, que instituiu os cargos de apoio da DPESP atendendo as especialidades de conhecimento de natureza multidisciplinar.”

“O Ciclo é um processo de consultas abertas que coloca o órgão à disposição da realização de conferências, que envolve quatro meses de preparação, se inicia em maio e termina em agosto”

“A sociedade quando participa quer ver o resultado final, ela quer ver as demandas na prática e não no papel; se foi cumprido ela não volta pra reclamar.”

“O moderador não pode eliminar uma proposta que o grupo decida votar, mesmo que ela seja inexecutável ou inconstitucional; a proposta vai para a plenária e aí terá oportunidade de ser rejeitada; é o público que decide”

“Seja no grupo temático, na plenária e na Conferência Estadual a proposta vai para a pauta; pois esta é uma opção adotada pelo modelo operacional das conferências participativas; agora cabe fazer o esclarecimento o tempo todo de que aquilo poderá não ser cumprido e se o público decidir votar mesmo assim, as questões não podem ser excluídas.”

“O moderador não pode errar no seu poder de veto e por isso vai para as três instâncias até chegar à fase final”.

2R)

“O monitoramento é um processo diferenciado que tem como ponto vital a questão das devolutivas, se estas forem mais constantes vai sendo fomentado uma participação antecipada e um amadurecimento e entendimento do processo que nem sempre pode dar só as respostas que a sociedade quer.”

“O maior investimento é o monitoramento de implementação de ações, se não der pra resolver tem que explicar que houve empenho; pois há uma relação de confiança entre a sociedade e a entidade.”

“A melhor devolutiva é a ação prática e não transformar um relatório mais complexo em um caderno/cartilha mais fácil de ler; por isso o fundamental não é a forma de comunicação; mas o resultado.”

“Os feedback negativos são na maioria fora do controle da DPESP, seja porque não podem ser aplicados como política pública, seja porque são inconstitucionais.”

3R)

“Chegam para nós informações das regionais onde sempre há pelo menos um assistente psicossocial, há também os relatórios; há dentro do órgão os que trabalham administrativamente e os que estão ligados ao atendimento jurídico; no CAM são 47 profissionais ao todo, sendo 30 psicólogos e 17 assistentes sociais.”

4R)

“A sociedade vê na DPESP um parceiro e deve ser vista como tal; a entidade não vai resolver todos os problemas; não pode haver uma relação clientelista entre as partes; se for passada a imagem de que a instituição pode resolver tudo isso vai refletir negativamente no futuro; a mensagem é de parceria, de mediação entre a sociedade civil e os outros poderes.”

5R)

“Além do que o Relatório de prestação de contas deve ser institucional e ter conteúdo; o conteúdo não pode ser preterido pela forma; ali têm que estar contidas todas as informações; vejo (Paulo) risco em simplificar com perda de conteúdo; não pode haver simplificação a ponto de ficar distorcido; então o que precisa haver é a comunicação do conteúdo de maneira apropriada para as pessoas que tem dificuldade de assimilar.”

ENTREVISTAS NÃO ESTRUTURADAS – DIVERSOS PARTICIPANTES

Data: 28/05/2011 – DAS 13:00 HS AS 21:00HS

Local: Pré-Conferência de São Bernardo do Campo

*Entrevista espontânea não estruturada realizada com um grupo de senhoras da sociedade civil, que atuam como mediadoras de conciliação, em audiências populares treinadas pela Escola de Capacitação da Defensoria Regional de São Bernardo, informaram que recebem materiais, capacitação e apoio dos defensores. Já tiveram aulas com juízes, e promotores também oferecidos pela Defensoria Municipal. Elogiaram a divulgação do evento alegando que a ausência de muitos representantes dos movimentos da sociedade civil se dá pelo fato de que existem outros eventos acontecendo ao mesmo tempo em locais diferentes.

*Entrevista espontânea não estruturada realizada com um defensor da Defensoria Municipal de Santo André, cuja opinião foi de que falta um Planejamento Estratégico de médio e longo prazo para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cujo foco ainda está muito concentrado em ações pontuais dado ao pouco tempo de existência (criação em 2006).

*Entrevista espontânea não estruturada realizada com um defensor e uma defensora da Defensoria Municipal de São Bernardo, cujas opiniões foram no sentido de que: enquanto o Ministério Público pautou seu fortalecimento baseado na hiposuficiência da sociedade civil; a Defensoria Pública trabalha no sentido do fortalecimento da sociedade civil até porque a função inerente aos defensores é a de ouvir o cidadão individualmente ;diferentemente dos promotores que atuam mais nas ações coletivas através das Ações Cíveis Públicas. Informaram que a Defensoria trabalha em alguns casos em conjunto com o Ministério Público; na maioria das vezes independentes e em poucos casos atuam de forma diversa do Ministério Público quando têm um entendimento diferente sobre o mesmo assunto.

*Entrevista a um defensor que atua na área criminal, informou que há muitas reclamações de insatisfação e que já começa a haver uma hostilidade em relação aos defensores que atuam na área criminal; diferentemente dos que atuam na área civil que são muito bem aceitos.

Informou também que o êxito das intervenções deles depende muito mais do entendimento dos juízes do que da própria ação deles.

*Entrevista espontânea não estruturada realizada com um estagiário da Defensoria, informou que estão aumentando o número de vagas para as Defensorias Públicas Municipais, cuja admissão se dá por concurso público, trabalham 20 horas/ semanais, são estudantes de direito, executam tarefas de atendimento ao público, podem redigir as peças de defesa e só não realizam as audiências públicas.

Anexo 3. Registros fotográficos



Foto 1. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de Santos



Foto 2. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de Santos

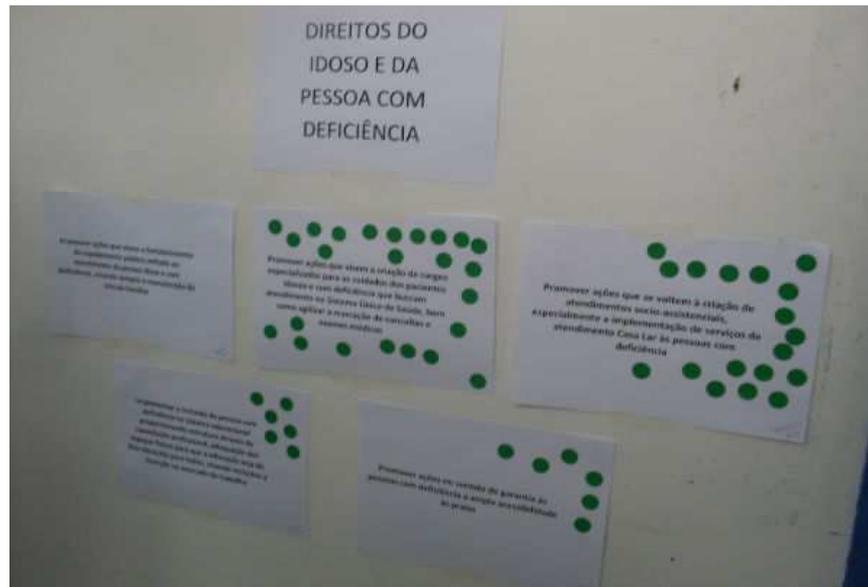


Foto3. Quadro de votação na Pré-Conferência de Santos



Foto 4. Participantes no momento de votação na Pré-Conferência de Santos



Foto 5. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de Santos



Foto 6. Plenária da Pré-Conferência de Santos



Foto 7. Plenária final na Pré-Conferência de Santos



Foto 8. Entrada da na Pré-Conferência de Taubaté



Foto 9. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de Taubaté



Foto 10. Candidato a Delegado apresentado-se na plenária final de Taubaté



Foto 11. Participantes votando nas propostas de sua preferência em Taubaté



Foto 12. Quadro de votação na Pré-Conferência de Taubaté



Foto 13. Credenciamento na Pré-Conferência de São José dos Campos



Foto 14. Abertura na Pré-Conferência de São José dos Campos



Foto 15. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São José dos Campos



Foto 16. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São José dos Campos



Foto 17. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São José dos Campos



Foto 18. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São José dos Campos



Foto 19. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São Bernardo do Campo



Foto 20. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São Bernardo do Campo



21. Grupo de Trabalho na Pré-Conferência de São Bernardo do Campo



Foto 22. Encerramento na Pré-Conferência de São Bernardo do Campo



Foto 23. Encerramento na Pré-Conferência de São Paulo-Centro

Referências bibliográficas

COUTINHO, C. P., CHAVES, J.H. (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 2002. Universidade do Minho, Portugal.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2868>, acesso em 22/06/2011.

FONSECA E GUEDES. Controle Social da Administração Pública – Cenário, avanços e dilemas no Brasil , Rio de Janeiro. FGV.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 4. E. SP: Atlas, 2001.

PEREIRA. Luiz C.Bresser. Construindo o Estado Republicano – Democracia e reforma da Gestão Pública. Rio de Janeiro. FGV.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.
www.conseg.gov.br/portal/conseg/...da.../manual_metodologico_geral.pdf, acesso em 13/06/2011.

SESSIONS, Glenn. *Fundamentos de Avaliação, nº 2. Avaliação em HIV/AIDS: Uma perspectiva Internacional*. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Rio de Janeiro, 2001.

ZAFFALON L CARDOSO, Luciana. *Participação social: inovações democráticas no caso Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. FGV. 2010.